

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	21
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	22
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	23
Demonstração do Valor Adicionado	24

Relatório da Administração	26
----------------------------	----

Notas Explicativas	43
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	92
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	94
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	95

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

96

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.106.227
Preferenciais	3.364.440
Total	5.470.667
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/07/2013	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/07/2013	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/10/2013	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/10/2013	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/01/2014	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/01/2014	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2013	Juros sobre Capital Próprio	21/08/2013	Ordinária		0,07100
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2013	Juros sobre Capital Próprio	21/08/2013	Preferencial		0,07100
Reunião do Conselho de Administração	18/12/2013	Juros sobre Capital Próprio	28/02/2014	Ordinária		0,08600
Reunião do Conselho de Administração	18/12/2013	Juros sobre Capital Próprio	28/02/2014	Preferencial		0,08600
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/04/2014	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/04/2014	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	18/02/2014	Juros sobre Capital Próprio	28/02/2014	Ordinária		0,06260
Reunião do Conselho de Administração	18/02/2014	Juros sobre Capital Próprio	28/02/2014	Preferencial		0,06260
Reunião do Conselho de Administração	18/02/2014	Juros sobre Capital Próprio	07/04/2014	Ordinária		0,11400
Reunião do Conselho de Administração	18/02/2014	Juros sobre Capital Próprio	07/04/2014	Preferencial		0,11400

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	34.432.000	31.964.000	31.043.000
1.01	Ativo Circulante	1.091.000	1.262.000	1.053.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	426.000	429.000	329.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	426.000	429.000	329.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	426.000	429.000	317.000
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	0	12.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	215.000	253.000	160.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	215.000	253.000	160.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	450.000	580.000	564.000
1.01.08.03	Outros	450.000	580.000	564.000
1.01.08.03.01	Depósitos em Garantia	77.000	91.000	91.000
1.01.08.03.03	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	372.000	489.000	473.000
1.01.08.03.04	Outros Ativos	1.000	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	33.341.000	30.702.000	29.990.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	630.000	483.000	462.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	626.000	479.000	458.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	626.000	479.000	458.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.000	4.000	4.000
1.02.01.09.03	Outros Ativos	4.000	4.000	4.000
1.02.02	Investimentos	32.181.000	29.688.000	28.996.000
1.02.02.01	Participações Societárias	32.181.000	29.688.000	28.996.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.179.000	2.354.000	2.290.000
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	30.002.000	27.334.000	26.706.000
1.02.03	Imobilizado	70.000	71.000	72.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	70.000	71.000	72.000
1.02.04	Intangível	460.000	460.000	460.000
1.02.04.01	Intangíveis	460.000	460.000	460.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	34.432.000	31.964.000	31.043.000
2.01	Passivo Circulante	1.012.000	1.753.000	1.640.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	68.000	133.000	108.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	68.000	133.000	108.000
2.01.03.01.02	PIS e Cofins a Pagar	15.000	20.000	18.000
2.01.03.01.03	Outros	53.000	113.000	90.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	573.000	751.000
2.01.04.02	Debêntures	0	573.000	751.000
2.01.04.02.01	Recursos Captados em Mercados Institucionais - Debêntures	0	366.000	751.000
2.01.04.02.02	Notas Promissórias	0	207.000	0
2.01.05	Outras Obrigações	944.000	1.047.000	781.000
2.01.05.02	Outros	944.000	1.047.000	781.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	936.000	1.041.000	776.000
2.01.05.02.04	Participações e Honorários a Pagar	5.000	5.000	5.000
2.01.05.02.05	Outros Passivos	3.000	1.000	0
2.02	Passivo Não Circulante	289.000	184.000	62.000
2.02.03	Tributos Diferidos	4.000	4.000	4.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.000	4.000	4.000
2.02.04	Provisões	285.000	180.000	58.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	285.000	180.000	58.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	285.000	180.000	58.000
2.03	Patrimônio Líquido	33.131.000	30.027.000	29.341.000
2.03.01	Capital Social Realizado	22.000.000	16.500.000	13.598.000
2.03.01.01	Capital Social	22.000.000	16.500.000	13.678.000
2.03.01.02	(-) Ações em Tesouraria	0	0	-80.000
2.03.02	Reservas de Capital	406.000	325.000	256.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.000	3.000	3.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	376.000	295.000	226.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000	2.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	25.000	25.000	25.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	7.000	7.000	8.000
2.03.04	Reservas de Lucros	11.593.000	12.901.000	15.819.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.120.000	2.246.000	2.019.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	9.857.000	10.045.000	13.249.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	616.000	610.000	551.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-875.000	294.000	-340.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	5.554.000	4.539.000	4.805.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-40.000	-38.000	-40.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.000	8.000	18.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-154.000	-159.000	-138.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-154.000	-159.000	-138.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.740.000	4.728.000	4.965.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.554.000	4.539.000	4.805.000
3.06	Resultado Financeiro	6.000	-21.000	-44.000
3.06.01	Receitas Financeiras	45.000	38.000	58.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.000	-59.000	-102.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.560.000	4.518.000	4.761.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	138.000	21.000	76.000
3.08.01	Corrente	-12.000	0	-1.000
3.08.02	Diferido	150.000	21.000	77.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.698.000	4.539.000	4.837.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.698.000	4.539.000	4.837.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,05000	0,87000	1,00000
3.99.01.02	PN	1,05000	0,87000	1,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,05000	0,87000	1,00000
3.99.02.02	PN	1,05000	0,87000	1,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	5.698.000	4.539.000	4.837.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.195.000	634.000	-201.000
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-1.057.000	608.000	-205.000
4.02.02	Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	234.000	197.000	115.000
4.02.03	Hedge de fluxo de caixa	-232.000	-171.000	-111.000
4.02.04	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	-140.000	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	4.503.000	5.173.000	4.636.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.000	-415.000	64.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-176.000	-152.000	-81.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	5.698.000	4.539.000	4.837.000
6.01.01.02	Juros Sobre Debêntures	11.000	47.000	102.000
6.01.01.03	Juros sobre Notas Promissórias	3.000	9.000	0
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.740.000	-4.728.000	-4.965.000
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-150.000	-21.000	-77.000
6.01.01.06	Depreciações e Amortizações	2.000	2.000	1.000
6.01.01.07	Outros	0	0	21.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	173.000	-263.000	145.000
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Outros Ativos não Financeiros	879.000	168.000	-501.000
6.01.02.02	(Redução) Aumento em Provisões e Contas a Pagar e Outros Passivos não Financeiros	-708.000	-331.000	458.000
6.01.02.03	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0	-1.000
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	2.000	-100.000	189.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.774.000	1.752.000	1.687.000
6.02.01	Alienação de Investimentos	0	46.000	14.000
6.02.02	Aquisição de Investimentos	0	-8.000	-4.000
6.02.04	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.000	-1.000	-66.000
6.02.05	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	1.775.000	1.715.000	1.743.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.771.000	-1.337.000	-1.751.000
6.03.02	Subscrição de Ações	315.000	0	412.000
6.03.03	Aquisição de Ações para Tesouraria	0	0	-80.000
6.03.04	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos	-1.499.000	-1.103.000	-1.667.000
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-377.000	-432.000	-416.000
6.03.08	Emissão de Notas Promissórias	0	400.000	0
6.03.09	Pagamento de Notas Promissórias	-210.000	-202.000	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.500.000	81.000	-5.446.000	-1.534.000	0	-1.399.000
5.04.01	Aumentos de Capital	5.500.000	0	-4.600.000	0	0	900.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	81.000	0	0	0	81.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-326.000	0	-326.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.208.000	0	-1.208.000
5.04.08	Juros sobre Capital Próprio - Exercício Anterior	0	0	-610.000	0	0	-610.000
5.04.09	Reorganizações Societárias	0	0	-236.000	0	0	-236.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.698.000	-1.195.000	4.503.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.698.000	0	5.698.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.195.000	-1.195.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.138.000	-4.164.000	26.000	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.547.000	-3.547.000	0	0
5.06.04	Transferências	0	0	-26.000	0	26.000	0
5.06.05	Dividendo a ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	617.000	-617.000	0	0
5.07	Saldos Finais	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.678.000	184.000	15.819.000	0	-340.000	29.341.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.678.000	184.000	15.819.000	0	-340.000	29.341.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.822.000	148.000	-6.163.000	-1.294.000	0	-4.487.000
5.04.01	Aumentos de Capital	2.822.000	0	-2.822.000	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	69.000	0	0	0	69.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-291.000	0	-291.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.003.000	0	-1.003.000
5.04.08	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	80.000	-80.000	0	0	0
5.04.09	Reorganizações Societárias	0	0	-2.707.000	0	0	-2.707.000
5.04.10	Realização da Reserva de Reavaliação	0	-1.000	1.000	0	0	0
5.04.11	Ágio na Aquisição de Investimentos	0	0	-4.000	0	0	-4.000
5.04.12	Juros sobre Capital Próprio - Exercício Anterior	0	0	-551.000	0	0	-551.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.539.000	634.000	5.173.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.539.000	0	4.539.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	634.000	634.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.245.000	-3.245.000	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	227.000	-227.000	0	0
5.06.05	Reservas Estatutárias	0	0	2.408.000	-2.408.000	0	0
5.06.06	Dividendo a ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	610.000	-610.000	0	0
5.07	Saldos Finais	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.266.000	169.000	12.863.000	0	-139.000	26.159.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.266.000	169.000	12.863.000	0	-139.000	26.159.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	412.000	15.000	-573.000	-1.308.000	0	-1.454.000
5.04.01	Aumentos de Capital	412.000	0	0	0	0	412.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	95.000	0	0	0	95.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-80.000	0	0	0	-80.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-247.000	0	-247.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.061.000	0	-1.061.000
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio - Exercício Anterior	0	0	-445.000	0	0	-445.000
5.04.10	Outros	0	0	-128.000	0	0	-128.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.837.000	-201.000	4.636.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.837.000	0	4.837.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-201.000	-201.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.529.000	-3.529.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.978.000	-2.978.000	0	0
5.06.04	Dividendo a ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	551.000	-551.000	0	0
5.07	Saldos Finais	13.678.000	184.000	15.819.000	0	-340.000	29.341.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-27.000	-26.000	-25.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.000	-5.000	-5.000
7.02.04	Outros	-15.000	-21.000	-20.000
7.02.04.01	Convênio de Rateio de Custos Comuns	-9.000	-12.000	-13.000
7.02.04.02	Propaganda, Promoções e Publicidade	-2.000	-1.000	-1.000
7.02.04.03	Outros	-4.000	-8.000	-6.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	-27.000	-26.000	-25.000
7.04	Retenções	-2.000	-2.000	-1.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.000	-2.000	-1.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-29.000	-28.000	-26.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.794.000	4.782.000	5.041.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.740.000	4.728.000	4.965.000
7.06.02	Receitas Financeiras	45.000	46.000	58.000
7.06.03	Outros	9.000	8.000	18.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.765.000	4.754.000	5.015.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.765.000	4.754.000	5.015.000
7.08.01	Pessoal	10.000	12.000	13.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.000	12.000	13.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.000	139.000	63.000
7.08.02.01	Federais	17.000	139.000	63.000
7.08.02.03	Municipais	1.000	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	39.000	64.000	102.000
7.08.03.01	Juros	39.000	64.000	102.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.698.000	4.539.000	4.837.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.209.000	1.003.000	1.062.000
7.08.04.02	Dividendos	326.000	291.000	246.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.163.000	3.245.000	3.529.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	41.929.000	39.050.000	37.416.000
1.01	Ativo Circulante	5.252.000	5.300.000	4.776.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.199.000	1.382.000	1.265.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	426.000	429.000	328.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	426.000	429.000	328.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	426.000	429.000	328.000
1.01.03	Contas a Receber	1.202.000	1.181.000	1.038.000
1.01.03.01	Clientes	1.202.000	1.181.000	1.038.000
1.01.04	Estoques	736.000	790.000	771.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.689.000	1.518.000	1.374.000
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	350.000	0	0
1.01.08.03	Outros	1.339.000	1.518.000	1.374.000
1.01.08.03.01	Ativos Financeiros	535.000	621.000	551.000
1.01.08.03.02	Ativos Fiscais	462.000	550.000	459.000
1.01.08.03.03	Ativos Não Financeiros	342.000	347.000	364.000
1.02	Ativo Não Circulante	36.677.000	33.750.000	32.640.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.855.000	1.755.000	1.725.000
1.02.01.05	Ativos Biológicos	1.126.000	1.102.000	1.094.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	729.000	653.000	631.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	729.000	653.000	631.000
1.02.02	Investimentos	29.950.000	27.304.000	26.526.000
1.02.02.01	Participações Societárias	29.950.000	27.304.000	26.526.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	29.950.000	27.304.000	26.526.000
1.02.03	Imobilizado	3.832.000	3.636.000	3.325.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.832.000	3.636.000	3.325.000
1.02.04	Intangível	1.040.000	1.055.000	1.064.000
1.02.04.01	Intangíveis	1.040.000	1.055.000	1.064.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	41.929.000	39.050.000	37.416.000
2.01	Passivo Circulante	2.908.000	3.572.000	3.402.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	180.000	264.000	172.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	180.000	264.000	172.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	15.000	12.000	18.000
2.01.03.01.02	Outras	165.000	252.000	154.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	909.000	1.348.000	1.559.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	903.000	769.000	808.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	787.000	692.000	700.000
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	116.000	77.000	108.000
2.01.04.02	Debêntures	6.000	579.000	751.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.067.000	1.130.000	903.000
2.01.05.02	Outros	1.067.000	1.130.000	903.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.024.000	1.093.000	873.000
2.01.05.02.04	Provisão para Participação no Lucro	43.000	37.000	30.000
2.01.06	Provisões	752.000	830.000	768.000
2.01.06.02	Outras Provisões	752.000	830.000	768.000
2.02	Passivo Não Circulante	3.047.000	2.804.000	2.239.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.855.000	1.873.000	1.396.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.746.000	1.770.000	1.396.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.271.000	1.502.000	1.306.000
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	475.000	268.000	90.000
2.02.01.02	Debêntures	109.000	103.000	0
2.02.03	Tributos Diferidos	519.000	495.000	509.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	519.000	495.000	509.000
2.02.04	Provisões	527.000	436.000	334.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	527.000	436.000	334.000
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	146.000	0	0
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	146.000	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	35.974.000	32.674.000	31.775.000
2.03.01	Capital Social Realizado	22.000.000	16.500.000	13.678.000
2.03.04	Reservas de Lucros	12.006.000	13.233.000	16.003.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.120.000	2.246.000	2.019.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	9.857.000	10.045.000	13.249.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	616.000	610.000	551.000
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	0	0	-80.000
2.03.04.10	Outras Reservas	413.000	332.000	264.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-875.000	294.000	-340.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.843.000	2.647.000	2.434.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.289.000	4.883.000	5.274.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.729.000	-3.567.000	-3.279.000
3.03	Resultado Bruto	1.560.000	1.316.000	1.995.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	4.924.000	3.911.000	3.125.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-553.000	-495.000	-479.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-332.000	-209.000	-1.022.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	164.000	174.000	253.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-223.000	-166.000	-445.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.868.000	4.607.000	4.818.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.484.000	5.227.000	5.120.000
3.06	Resultado Financeiro	-233.000	-287.000	-42.000
3.06.01	Receitas Financeiras	216.000	198.000	196.000
3.06.01.01	Receita de Juros e Rendimentos	214.000	196.000	193.000
3.06.01.03	Receita de Dividendos	2.000	2.000	3.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-449.000	-485.000	-238.000
3.06.02.01	Despesas de Juros e Rendimentos	-298.000	-324.000	-97.000
3.06.02.03	Despesas Tributárias	-151.000	-161.000	-141.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.251.000	4.940.000	5.078.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-116.000	-80.000	3.000
3.08.01	Corrente	-144.000	-102.000	-77.000
3.08.02	Diferido	28.000	22.000	80.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.135.000	4.860.000	5.081.000
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-124.000	-24.000	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	6.011.000	4.836.000	5.081.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	5.698.000	4.539.000	4.837.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	313.000	297.000	244.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,05000	0,87000	1,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.99.01.02	PN	1,05000	0,87000	1,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,05000	0,87000	1,00000
3.99.02.02	PN	1,05000	0,87000	1,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	6.011.000	4.836.000	5.081.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.195.000	634.000	-201.000
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-1.057.000	608.000	-205.000
4.02.02	Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	234.000	197.000	115.000
4.02.03	Hedge Fluxo de Caixa	-232.000	-171.000	-111.000
4.02.04	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	-140.000	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	4.816.000	5.470.000	4.880.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	4.503.000	5.173.000	4.636.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	313.000	297.000	244.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	518.000	3.000	516.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	962.000	710.000	878.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	6.011.000	4.836.000	5.081.000
6.01.01.02	Juros sobre Debêntures	11.000	47.000	102.000
6.01.01.03	Juros sobre Notas Promissórias	3.000	9.000	0
6.01.01.04	Juros,Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	200.000	179.000	217.000
6.01.01.05	Depreciação, Amortização e Exaustão	625.000	555.000	480.000
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.868.000	-4.607.000	-4.818.000
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-28.000	-22.000	-80.000
6.01.01.08	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-192.000	-144.000	-154.000
6.01.01.09	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-23.000	7.000	0
6.01.01.10	Resultado da Alienação de Ativo Imobilizado	3.000	4.000	-13.000
6.01.01.20	Outros	220.000	-154.000	63.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-444.000	-707.000	-362.000
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros	-1.000	-139.000	-1.000
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros	20.000	-8.000	-5.000
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Estoques	-130.000	-27.000	-112.000
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	-1.000	-8.000	17.000
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Outros Ativos Não Financeiros	667.000	41.000	-610.000
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Obrigações Fiscais e Trabalhistas	-35.000	-4.000	-12.000
6.01.02.07	(Aumento) Redução em Outros Passivos Não Financeiros	-841.000	-471.000	422.000
6.01.02.20	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-123.000	-91.000	-61.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.147.000	1.102.000	1.046.000
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-34.000	-8.000	-5.000
6.02.02	Alienação de Investimentos	0	46.000	13.000
6.02.03	Aquisição de Intagíveis	-16.000	-11.000	-79.000
6.02.04	Alienação de Intagíveis	3.000	1.000	2.000
6.02.05	Aquisição de Imobilizado de Uso	-497.000	-582.000	-608.000
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	18.000	10.000	37.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.02.07	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	1.717.000	1.664.000	1.685.000
6.02.08	Ativos Operações Descontinuadas	-30.000	0	0
6.02.09	Outros	-14.000	-18.000	1.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.850.000	-989.000	-1.600.000
6.03.01	Aumento de Capital	315.000	0	412.000
6.03.02	Aquisição de Ações para Tesouraria	0	0	-80.000
6.03.03	Ações em Tesouraria	-12.000	11.000	-12.000
6.03.04	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	-1.633.000	-1.189.000	-1.783.000
6.03.05	Emissão de Notas Promissórias	0	400.000	0
6.03.06	Pagamento de Notas Promissórias	-210.000	-202.000	0
6.03.07	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	769.000	789.000	853.000
6.03.08	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-696.000	-467.000	-574.000
6.03.09	Emissão de Debêntures	-6.000	101.000	0
6.03.10	Pagamento de Debêntures	-377.000	-432.000	-416.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	2.000	1.000	1.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-183.000	117.000	-37.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.382.000	1.265.000	1.302.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.199.000	1.382.000	1.265.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000	2.647.000	32.674.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000	2.647.000	32.674.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.500.000	81.000	-5.446.000	-1.534.000	0	-1.399.000	-117.000	-1.516.000
5.04.01	Aumentos de Capital	5.500.000	0	-4.600.000	0	0	900.000	0	900.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	81.000	0	0	0	81.000	0	81.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-326.000	0	-326.000	0	-326.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.208.000	0	-1.208.000	0	-1.208.000
5.04.08	Juros sobre Capital Próprio - Exercício Anterior	0	0	-610.000	0	0	-610.000	0	-610.000
5.04.10	Reorganizações Societárias	0	0	-236.000	0	0	-236.000	0	-236.000
5.04.14	(Aumento) / Redução dos Acionistas Minoritários	0	0	0	0	0	0	-117.000	-117.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.698.000	-1.195.000	4.503.000	313.000	4.816.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.698.000	0	5.698.000	313.000	6.011.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.195.000	-1.195.000	0	-1.195.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.138.000	-4.164.000	26.000	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.547.000	-3.547.000	0	0	0	0
5.06.04	Transferências	0	0	-26.000	0	26.000	0	0	0
5.06.05	Dividendo a ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	617.000	-617.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000	2.843.000	35.974.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.678.000	184.000	15.819.000	0	-340.000	29.341.000	2.434.000	31.775.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.678.000	184.000	15.819.000	0	-340.000	29.341.000	2.434.000	31.775.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.822.000	148.000	-6.163.000	-1.294.000	0	-4.487.000	-84.000	-4.571.000
5.04.01	Aumentos de Capital	2.822.000	0	-2.822.000	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	69.000	0	0	0	69.000	0	69.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-291.000	0	-291.000	0	-291.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.003.000	0	-1.003.000	0	-1.003.000
5.04.08	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	80.000	-80.000	0	0	0	0	0
5.04.09	Realização da Reserva de Reavaliação	0	-1.000	1.000	0	0	0	0	0
5.04.10	Reorganizações Societárias	0	0	-2.707.000	0	0	-2.707.000	0	-2.707.000
5.04.11	Ágio na Aquisição de Investimentos	0	0	-4.000	0	0	-4.000	0	-4.000
5.04.13	Varição da Participação dos Acionistas Minoritários	0	0	0	0	0	0	-84.000	-84.000
5.04.14	Juros sobre Capital Próprio - Exercício Anterior	0	0	-551.000	0	0	-551.000	0	-551.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.539.000	634.000	5.173.000	297.000	5.470.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.539.000	0	4.539.000	297.000	4.836.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	634.000	634.000	0	634.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.245.000	-3.245.000	0	0	0	0
5.06.04	Dividendo a ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	610.000	-610.000	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Legal	0	0	227.000	-227.000	0	0	0	0
5.06.06	Reservas Estatutárias	0	0	2.408.000	-2.408.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000	2.647.000	32.674.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.266.000	169.000	12.863.000	0	-139.000	26.159.000	2.189.000	28.348.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.266.000	169.000	12.863.000	0	-139.000	26.159.000	2.189.000	28.348.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	412.000	15.000	-573.000	-1.308.000	0	-1.454.000	0	-1.454.000
5.04.01	Aumentos de Capital	412.000	0	0	0	0	412.000	0	412.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	95.000	0	0	0	95.000	0	95.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-80.000	0	0	0	-80.000	0	-80.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-247.000	0	-247.000	0	-247.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.061.000	0	-1.061.000	0	-1.061.000
5.04.08	Juros sobre Capital Próprio - Exercício Anterior	0	0	-445.000	0	0	-445.000	0	-445.000
5.04.09	Outros	0	0	-128.000	0	0	-128.000	0	-128.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.837.000	-201.000	4.636.000	245.000	4.881.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.837.000	0	4.837.000	245.000	5.082.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-201.000	-201.000	0	-201.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.529.000	-3.529.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.978.000	-2.978.000	0	0	0	0
5.06.04	Dividendo a ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	551.000	-551.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.678.000	184.000	15.819.000	0	-340.000	29.341.000	2.434.000	31.775.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	5.331.000	5.057.000	5.530.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.289.000	4.883.000	5.274.000
7.01.02	Outras Receitas	42.000	174.000	256.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.015.000	-2.808.000	-3.555.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.206.000	-2.000.000	-3.151.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-333.000	-296.000	-102.000
7.02.04	Outros	-476.000	-512.000	-302.000
7.02.04.01	Juros Rendimentos	-298.000	-322.000	-102.000
7.02.04.02	Processamento de Dados e Telecomunicações	-5.000	-4.000	-15.000
7.02.04.03	Propaganda, Promoção e Publicidade	-100.000	-91.000	-28.000
7.02.04.04	Instalações, Conservação e Manutenção de Bens	-2.000	-5.000	-47.000
7.02.04.05	Viagens	-9.000	-9.000	-3.000
7.02.04.06	Legais e Judiciais	0	0	-14.000
7.02.04.07	Outras Despesas	-62.000	-81.000	-93.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.316.000	2.249.000	1.975.000
7.04	Retenções	-915.000	-783.000	-750.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-681.000	-556.000	-480.000
7.04.02	Outras	-234.000	-227.000	-270.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.401.000	1.466.000	1.225.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.082.000	4.803.000	5.016.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.868.000	4.607.000	4.818.000
7.06.02	Receitas Financeiras	214.000	196.000	198.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.483.000	6.269.000	6.241.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.483.000	6.269.000	6.241.000
7.08.01	Pessoal	1.113.000	1.109.000	901.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	891.000	930.000	749.000
7.08.01.02	Benefícios	140.000	122.000	100.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	82.000	57.000	52.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	345.000	324.000	259.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.08.02.01	Federais	342.000	322.000	257.000
7.08.02.02	Estaduais	2.000	2.000	2.000
7.08.02.03	Municipais	1.000	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.000	0	0
7.08.03.02	Aluguéis	14.000	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.011.000	4.836.000	5.081.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.825.000	1.613.000	1.612.000
7.08.04.02	Dividendos	326.000	291.000	247.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.547.000	2.635.000	2.978.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	313.000	297.000	244.000

Relatório da Administração

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Janeiro a dezembro de 2013

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a dezembro de 2013, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards).

As demonstrações contábeis foram examinadas pela PricewaterhouseCoopers, contando com o relatório dos auditores independentes sem ressalva e com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis foram disponibilizadas à CVM e à BM&FBovespa.

1) DESTAQUES

Itaúsa

Pelo 10º ano a Itaúsa foi selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), principal *ranking* de sustentabilidade empresarial do mundo. Em sua edição 2013/2014, a carteira é integrada por 333 empresas de 25 países, das quais apenas 8 brasileiras – entre elas o Itaú Unibanco Holding S.A.. Este foi o primeiro ano em que a Itaúsa foi classificada no setor Bancário, anteriormente a Itaúsa era classificada no setor de Serviços Financeiros. A Itaúsa obteve a maior nota do setor nos quesitos: “Política Anticrime / Medidas”; “Gerenciamento da Marca”; “Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico”; e “Desenvolvimento do Capital Humano”. Além disso, a Itaúsa, o Itaú Unibanco e a Duratex foram selecionados também para compor a carteira do Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index.

Pelo sétimo ano consecutivo, a Itaúsa foi selecionada para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE). Também figuram nesta seleta lista o Itaú Unibanco e a Duratex. A nova carteira reúne 51 ações de 40 companhias, representando 18 setores que somam R\$ 1,14 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 47,16% do valor de mercado total das companhias com ações negociadas na BM&FBovespa (em 26/11/2013). Esta nova carteira passou a vigorar de 06 de janeiro de 2014 a 02 de janeiro de 2015.

A Itaúsa foi reconhecida pelo Carbon Disclosure Project - CDP Latin America como Líder em Transparência de acordo com a metodologia global de pontuação do CDP (*Scoring*) aplicada ao questionário *Mudanças Climáticas Edição 2013*. O estudo reúne dados e análises sobre as emissões de gases que provocam o efeito estufa e sobre como as empresas abordam o tema mudanças climáticas em sua gestão.

Itaú Unibanco Holding

No ano de 2013, o Itaú Unibanco adquiriu 23,5 milhões de ações preferenciais de emissão própria, no montante total de R\$ 662,2 milhões, ao preço médio de R\$ 28,18 por ação. Em dezembro de 2013 foi deliberada, em reunião do Conselho de Administração, a renovação do programa de recompra, autorizando a aquisição de até 13,7 milhões de ações ordinárias e 86,3 milhões de ações preferenciais.

Foram anunciados e aprovados pelos órgãos reguladores em 2013:

- Operação do Banco Itaú BMG Consignado S.A. pelo BACEN;
- Aquisição das ações da BMG Seguradora S.A. pela SUSEP e BACEN;
- Aquisição da operação de varejo do Citibank no Uruguai pelo Banco Central do Uruguai;
- Acordo de Acionistas do IRB - Brasil Resseguros S.A. pelo CADE, TCU e SUSEP, em relação ao processo de desestatização;
- Acordo com o Banco Citibank S.A. para compra da Credicard e da Citifinancial pelo CADE e BACEN.

Relatório da Administração

Em 29 de janeiro de 2014, o Itaú Unibanco celebrou acordo com o CorpBanca e seus acionistas controladores, estabelecendo os termos e condições da união das operações do Banco Itaú Chile e do CorpBanca no Chile e Colômbia. O acordo representa um importante passo no processo de internacionalização e intuito de ser o banco líder na América Latina, onde o Itaú Unibanco passará a ser o 4º maior banco do Chile e 5º maior banco da Colômbia em termos de empréstimos, merecendo destaque:

- O Itaú CorpBanca, controlado pelo Itaú Unibanco, oferecerá a seus clientes uma ampla e inovadora gama de produtos e serviços financeiros por meio de uma ampla rede de agências no Chile (217) e na Colômbia (172), mantendo a qualidade no atendimento que caracteriza a atuação de ambos os bancos.
- Esse acordo constituirá uma das instituições financeiras mais robustas da América Latina, com US\$ 43,4 bilhões em ativos e US\$ 33,1 bilhões em créditos concedidos, considerando as operações no Chile e na Colômbia.
- Com esse acordo, o Itaú Unibanco e o Corp Group criarão uma plataforma para crescimento e busca de novas oportunidades de negócios no setor financeiro no Chile, na Colômbia, no Peru e na América Central.
- A conclusão do negócio está sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação pela assembleia de acionistas do CorpBanca e das autoridades regulatórias competentes.

O Itaú Unibanco comunicou, em dezembro de 2013, que não logrou êxito a negociação com a rede de varejo chilena Cencosud, razão pela qual não será concretizada a associação pretendida e divulgada anteriormente.

Duratex

Em 2013, a companhia investiu R\$ 601,5 milhões em projetos de ampliação da capacidade, manutenção das operações existentes e aquisições. Na Divisão Painéis, destacou-se a conclusão da nova unidade de MDF, em Itapetininga (SP), e das obras de desgargamento da produção de MDP, em Taquari (RS). Na Divisão Deca, foram concluídos os aumentos da capacidade de metais sanitários, em Jundiá (SP), e de cerâmica sanitária, em Queimados (RJ). Em julho de 2013, foi produzida a primeira chapa de MDF na nova unidade de Itapetininga (SP), que possui capacidade anual de 520 mil m³. Todos esses projetos estavam em fase de *ramp-up* técnico, prevendo-se a plena ocupação dessas capacidades a partir do segundo semestre de 2016.

A Duratex deu outro importante passo por meio da aquisição, por R\$ 56,4 milhões, da totalidade das cotas do capital social da Thermosystem, fabricante de chuveiros eletrônicos e sistemas de aquecimento solar.

Outro movimento se deu com o anúncio de uma Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) da Tablemac com o objetivo da obtenção do controle efetivo daquela operação. Esta OPA se encerrou em 22 de janeiro de 2014 com investimento adicional de aproximadamente US\$ 64 milhões, passando a Duratex a deter 80,62% do capital da Tablemac.

Elekeiroz

Em 6 de dezembro a Elekeiroz adquiriu da Air Products Brasil Ltda, localizada no Polo Industrial de Camaçari/BA, os ativos da planta produtora de gás oxo. A operação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica. O valor total do investimento atingirá R\$ 70 milhões e considera, além dos ativos propriamente ditos, a aquisição de equipamentos para adequação do mix de produtos e a interligação ao complexo da Elekeiroz.

Com a aquisição realizada, a Elekeiroz, que já produzia gás oxo em seu complexo de Camaçari, e ainda se abastecia na Air Products, internaliza esta importante fonte de insumos indispensáveis ao seu processo produtivo de oxo-álcoois (butanol, octanol) e ácido 2-etil hexanoico.

Relatório da Administração

Itautec

Foram investidos no exercício R\$ 85,1 milhões, dos quais R\$ 64,3 milhões em pesquisa e desenvolvimento (P&D), em sua maior parte direcionados ao desenvolvimento de produtos nos segmentos de automação bancária e automação comercial, incluindo hardware e software, e R\$ 20,8 milhões em imobilizado operacional.

REPOSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

Parceria estratégica com a Oki Electric Industry Co. Ltd.

Conforme previsto na assinatura do acordo em 15/05/2013 e após o cumprimento de determinadas condições previstas em contrato, a Oki Electric Industry Co. Ltd. ("OKI"), sociedade constituída de acordo com as leis do Japão, adquiriu 70% das participações que a Itautec S.A. e a Itautec Participações e Comércio S.A. detinham na empresa nomeada "BR Indústria e Comércio de Produtos e Tecnologia em Automação S.A." ("BR Automação"), que recebeu todo o suporte necessário à atuação no mercado, incluindo tecnologias, patentes, propriedade intelectual e demais ativos, inclusive contratos, e transferência de funcionários e especialistas dos segmentos de Automações e Serviços, passando, a partir de 01/09/2013, a ser responsável pelo fornecimento de equipamentos, software e serviços, além da demanda de garantia e manutenção relacionadas aos segmentos de Automações e Serviços.

Em 10/01/2014 foi formalizada a parceria estratégica com a OKI envolvendo as atividades de automação bancária, automação comercial e de prestação de serviços.

O imóvel localizado no Distrito Industrial de Jundiá continuará de propriedade da Itautec e foi locado à BR Automação.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14/01/2014 foi aprovada a alteração do objeto social da Itautec S.A., em razão da parceria estratégica com a OKI, uma vez que a Companhia passará a desempenhar as atividades nas áreas de automação bancária, automação comercial e de prestação de serviços indiretamente e em sociedade com a OKI.

Desativação do Segmento de Computação

Conforme informado ao mercado em 15/05/2013, a Administração da Itautec decidiu desativar paulatinamente as atividades da Unidade de Computação, não acarretando qualquer prejuízo ao cumprimento integral de todos os contratos e obrigações de fornecimento dos equipamentos da marca Itautec/InfoWay, bem como o atendimento ao consumidor e os serviços associados a essa manutenção.

Neste processo, já foi finalizada a operação de vendas de produtos no segmento de computação pessoal no decorrer do terceiro trimestre.

2) AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2013 foi caracterizado por uma volta ao otimismo no cenário global, em particular com relação às economias desenvolvidas. As perspectivas para a economia dos EUA são melhores, em função da retomada mais robusta do crescimento e da manutenção da criação de empregos num patamar satisfatório. O Banco Central Americano (Fed) iniciou a normalização da política monetária em janeiro de 2014. As taxas de juros americanas de longo prazo vêm se elevando, fortalecendo o dólar. A Europa saiu da recessão, mas o crescimento ainda é moderado e incipiente. A China vem apresentando taxas de crescimento declinantes, mas os riscos de uma desaceleração mais intensa foram reduzidos. O Japão tem conseguido combater a deflação.

No Brasil, o ritmo de atividade econômica permanece moderado. O crescimento do Produto Interno Bruto deve encerrar 2013 próximo a 2,2%. Fundamentos, como a confiança de empresários e consumidores em patamares baixos, sugerem manutenção deste quadro à frente. O ritmo de criação de empregos desacelerou em 2013. No entanto, a taxa de desemprego permaneceu em níveis historicamente baixos, pois houve ao longo do ano redução da procura por trabalho.

Após iniciar o ano em torno do patamar de R\$ 2,00/US\$, a taxa de câmbio desvalorizou-se em meados de 2013, devido as dificuldades da economia brasileira e do fortalecimento do dólar frente às moedas das economias emergentes. Como

Relatório da Administração

resposta ao movimento de depreciação do real, o Banco Central implementou um programa de venda de swaps. A taxa de câmbio terminou o ano de 2013 em R\$ 2,36/US\$.

O IPCA terminou o ano de 2013 em 5,9%. A decomposição do IPCA mostrou uma forte assimetria entre os preços livres e administrados. Enquanto os preços livres subiram 7,3% no ano, pressionados pela inércia inflacionária, expectativas em níveis elevados e pelo impacto da desvalorização do câmbio, os preços administrados desaceleraram para apenas 1,5%, devido principalmente aos descontos nas tarifas de energia elétrica e revogação do aumento de alguns transportes públicos. Esperamos manutenção do IPCA em patamar alto em 2014.

Em resposta à inflação elevada, o Banco Central iniciou em abril de 2013 um ciclo de alta de juros. Em sua última reunião, realizada em janeiro de 2014, o Copom votou pelo aumento da taxa Selic para 10,50% e sinalizou que novos aumentos ainda podem vir. Acreditamos que a Selic encerre o ano de 2014 em pelo menos 10,75%.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO

O lucro líquido recorrente de janeiro a dezembro de 2013 foi de R\$ 6.199 milhões com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 19,8%. O lucro líquido no mesmo período atingiu R\$ 5.698 milhões com rentabilidade de 18,2%.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro Líquido	5.698	4.539	313	297	6.011	4.836
Lucro Líquido Recorrente	6.199	4.777	362	279	6.561	5.056
Patrimônio Líquido	33.131	30.027	2.843	2.647	35.974	32.674
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	18,2%	15,2%	11,3%	11,7%	17,6%	14,9%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	19,8%	16,0%	13,1%	11,0%	19,2%	15,6%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

	31/12/2013	31/12/2012	Evolução (%)
Indicadores por ação - em R\$			
Lucro Líquido da Controladora	1,05	0,87	20,9%
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	1,15	0,92	24,9%
Valor Patrimonial da Controladora	6,06	5,63	7,5%
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,34	0,31	10,2%
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	8,91	8,81	1,1%
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	48.744	46.972	3,8%

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 30 de abril de 2013.

Relatório da Administração

DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE POR ÁREA

Como holding pura a Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo resultado de equivalência patrimonial, apurado a partir do resultado de suas controladas. Abaixo apresentamos o resultado da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes.

Resultado da Equivalência Patrimonial (REP) por Áreas	01/01 a 31/12/2013	%	01/01 a 31/12/2012	%	Evolução (%)
Área de Serviços Financeiros	6.035	96,9%	4.874	98,2%	23,8%
Área Industrial	193	3,1%	88	1,8%	119,3%
Duratex	199	3,2%	159	3,2%	25,2%
Elekeiroz	23	0,4%	-	0,0%	-
Itautec	(29)	-0,5%	(71)	-1,4%	-59,2%
Outros	(1)	0,0%	-	0,0%	-
Total REP Recorrente	6.227	100,0%	4.962	100,0%	25,5%
Resultado Próprio da Itaúsa Líquido de Impostos	(28)		(185)		
Lucro Líquido Recorrente	6.199		4.777		29,8%
Resultado não Recorrente	(501)		(238)		
Lucro Líquido	5.698		4.539		25,5%

Relatório da Administração

Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o Lucro Líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Lucro Líquido	5.698	4.539	313	297	6.011	4.836
Inclusão / (Exclusão) dos Efeitos não Recorrentes	501	238	49	(18)	550	220
Próprio	14	-	-	-	14	-
Efeito Adesão - Programa de Pagamento e Parcelamento De Tributos - Lei nº 12.865/13	14	-	-	-	14	-
Decorrentes de Participação Acionária no Itaú Unibanco Holding	189	298	-	-	189	298
Movimentação de Ações em Tesouraria	99	19	-	-	99	19
Realização PPA Itaú Unibanco x Redecard	38	-	-	-	38	-
Provisões (Fiscais/Ações Cíveis/ Ações Trabalhistas/ Outras)	278	301	-	-	278	301
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	84	-	-	-	84
Efeito Adesão - Programa de Pagamento e Parcelamento De Tributos - Lei nº 12.865/13	(187)	-	-	-	(187)	-
Realização de Ativos e Redução ao Valor Recuperável	88	(205)	-	-	88	(205)
Porto Seguro - Decisão Favorável STF Incidência Cofins	(100)	-	-	-	(100)	-
IRB - Alteração Critério Reconhecimento de Investimento	(48)	-	-	-	(48)	-
Programa de Recompensa	-	68	-	-	-	68
Outros	21	31	-	-	21	31
Decorrentes de Participação Acionária na Itautec	302	(55)	20	(4)	322	(59)
Superávit Plano de Pensão (BD - Benefício Definido)	(21)	-	(1)	-	(22)	-
Baixa do Superávit Plano de Pensão (CD - Contribuição Definida)	67	-	4	-	71	-
Provisão para Não Realização de Créditos Tributários	107	-	7	-	114	-
Provisão Obsolescência de Estoques de Computação	20	-	1	-	21	-
Provisão para Reestruturação do Segmento de Computação e Outros	25	-	2	-	27	-
Efeito Adesão - Programa de Pagamento e Parcelamento De Tributos - Lei nº 12.865/13	1	-	0	-	1	-
Operações Descontinuadas (Automação Bancária e Comercial e de Prestação de Serviços)	103	(12)	7	(1)	110	(13)
Outros	-	(43)	(0)	(3)	(0)	(46)
Decorrentes de Participação Acionária na Duratex	16	(5)	30	(14)	46	(19)
Movimentação de Ações em Tesouraria	2	-	4	-	6	-
Superávit Plano de Pensão (BD - Benefício Definido)	(10)	-	(18)	-	(28)	-
Operações Descontinuadas (Deca Piazza - operação na Argentina)	5	2	9	4	14	6
Baixa Ágio - Operação Tablemac	19	-	35	-	54	-
Outros	-	(7)	-	(18)	-	(25)
Decorrentes de Participação nas demais empresas controladas	(20)	-	(1)	-	(21)	-
Elekeiroz	(15)	-	(1)	-	(16)	-
Itaúsa Empreendimentos	(5)	-	-	-	(5)	-
Lucro Líquido Recorrente	6.199	4.777	362	279	6.561	5.056

Relatório da Administração**PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA**

	Janeiro a dezembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA (1)
		Itaú Unibanco Holding	Duratex (5)	Elekeiroz	Itautec (5)	
Ativos Totais	2013	1.027.297	8.178	730	751	41.929
	2012	957.154	7.759	672	1.076	39.050
Receitas Operacionais (2)	2013	119.154	3.873	1.004	439	11.157
	2012	125.484	3.373	900	700	9.580
Lucro Líquido	2013	16.424	520	39	(389)	6.011
	2012	12.634	460	-	1	4.836
Patrimônio Líquido	2013	83.223	4.365	504	156	35.974
	2012	75.902	4.024	476	543	32.674
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (3)	2013	21,1%	12,3%	8,0%	-112,2%	17,6%
	2012	16,9%	11,9%	0,1%	0,3%	14,9%
Geração Interna de Recursos (4)	2013	47.706	1.368	71	(183)	962
	2012	54.805	1.104	50	(25)	710

(1) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não realizados de operações intercompanhias.

Os valores do Itaú Unibanco não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Itautec e Elekeiroz: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((dez'12 + mar + jun + set + dez'13) / 5).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(5) Na Duratex e Itautec os valores apresentados desconsideram as Receitas Operacionais classificadas no Resultado de Operações Descontinuadas.

Relatório da Administração

Políticas Contábeis

O CPC 19 Negócios em Conjunto determina que as empresas com investimentos em controladas em conjunto não tem mais a opção de contabilização pela consolidação proporcional. Estas empresas deverão utilizar sempre o método de equivalência patrimonial.

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Itaúsa não existe mais a consolidação proporcional das empresas com controle conjunto (Itaú Unibanco e IUPAR), sendo que ambas passaram a ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Abaixo os principais efeitos nas demonstrações contábeis de 31/12/2012, que foram ajustadas para fins de comparabilidade:

Relatório da Administração

	Consolidado Itaúsa Conforme Publicado Anteriormente	Parcela do Itaú Unibanco e IUPAR considerada no Consolidado Itaúsa	Consolidado Itaúsa <u>sem</u> a consolidação proporcional do Itaú Unibanco e IUPAR	Consolidado Itaúsa
	31/12/2012			31/12/2013
BALANÇO PATRIMONIAL				
ATIVO				
Disponibilidades	5.190	(5.133)	57	59
Depósitos Compulsórios no Banco Central	23.431	(23.431)	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.764	(8.764)	-	-
Aplicações no Mercado Aberto	61.188	(61.188)	-	-
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	53.622	(51.867)	1.755	1.566
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo por meio do Resultado	81	(81)	-	-
Derivativos	4.290	(4.290)	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	33.751	(33.751)	-	-
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	1.178	(1.178)	-	-
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	125.530	(125.530)	-	-
Outros Ativos Financeiros	16.795	(16.174)	621	535
Estoques	790	-	790	736
Investimentos em Empresas não Consolidadas	1.281	26.023	27.304	29.950
Imobilizado, Líquido	5.463	(1.827)	3.636	3.832
Ativos Biológicos	1.102	-	1.102	1.126
Ativos Intangíveis, Líquidos	3.200	(2.146)	1.054	1.040
Ativos Fiscais	13.146	(11.943)	1.203	1.191
Outros Ativos	5.215	(3.687)	1.528	1.544
Ativos de Operações Descontinuadas	-	-	-	350
TOTAL DO ATIVO	364.017	(324.967)	39.050	41.929
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Recursos Captados	250.927	(250.245)	682	115
Derivativos	4.072	(4.072)	-	-
Outros Passivos Financeiros	18.486	(18.486)	-	147
Provisão de Seguros e Previdência Privada	33.222	(33.222)	-	-
Passivos de Planos de Capitalização	1.064	(1.064)	-	-
Provisões	7.497	(7.060)	437	527
Obrigações Fiscais	4.353	(3.595)	758	699
Outros Passivos	11.687	(7.188)	4.499	4.321
Passivos de Operações Descontinuadas	-	-	-	146
Total do Passivo	331.308	(324.932)	6.376	5.955
Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	30.027	-	30.027	33.131
Patrimônio Líquido dos Acionistas não Controladores	2.682	(35)	2.647	2.843
Patrimônio Líquido	32.709	(35)	32.674	35.974
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	364.017	(324.967)	39.050	41.929
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
	01/01 a 31/12/2012			01/01 a 31/12/2013
Vendas de Produtos e Serviços	5.653	(770)	4.883	5.289
Custo dos Produtos e Serviços	(4.037)	470	(3.567)	(3.729)
Receita de Juros e Rendimentos	35.028	(34.832)	196	214
Despesas de Juros e Rendimentos	(17.734)	17.412	(322)	(298)
Receita de Dividendos	108	(106)	2	2
Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros	1.160	(1.160)	-	-
Resultado de Oper. de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	1.385	(1.385)	-	-
Receita de Prestação de Serviços Financeiros	6.966	(6.966)	-	-
Resultado de Oper. de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros	2.247	(2.247)	-	-
Outras Receitas Operacionais	1.163	(991)	172	164
Perdas com Créditos e Sinistros	(7.854)	7.854	-	-
Outras Despesas Operacionais	(3.427)	2.766	(661)	(900)
Despesas Gerais e Administrativas	(12.256)	12.047	(209)	(332)
Despesas Tributárias	(1.841)	1.680	(161)	(151)
Resultado de Participação de Empresas Não Consolidadas	72	4.535	4.607	5.868
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.633	(1.693)	4.940	6.127
Impostos de Renda e Contribuição Social	(1.593)	1.513	(80)	(116)
Lucro Líquido de Operações em Continuidade	5.040	(180)	4.860	6.011
Operações Descontinuadas	-	(24)	(24)	(124)
LUCRO LÍQUIDO	5.040	(204)	4.836	5.887
Lucro Líquido dos Acionistas Controladores	4.539	-	4.539	5.698
Lucro Líquido dos Acionistas não Controladores	501	(204)	297	313

Relatório da Administração

3.1) ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Itaú Unibanco Holding

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,87% detida pela Itaúsa.

Resultados

O lucro líquido do ano de 2013 atribuível aos acionistas controladores foi 30,0% maior que no mesmo período do ano anterior e totalizou R\$ 16,4 bilhões, com rentabilidade anualizada de 21,1% sobre o patrimônio líquido médio (16,9% em 2012). Em 2013, o lucro líquido recorrente alcançou R\$ 16,6 bilhões, crescimento de 23,7% em relação ao mesmo período de 2012, atingindo um retorno recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 21,3%.

Contribuíram para a evolução do resultado apresentado os crescimentos de 19,9% nas receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias e de 8,7% no resultado de operações de seguros, previdência e capitalização antes das despesas de sinistros e comercialização, em relação ao mesmo período de 2012. Entre janeiro e dezembro de 2013, o total das receitas e despesas de juros e rendimentos reduziram-se 1,1% em comparação com o mesmo período de 2012.

O controle das despesas gerais e administrativas, que cresceram apenas 4,8% no período e a diminuição das perdas com créditos e sinistros, que melhoraram 30,4%, também contribuíram para o crescimento do lucro líquido no comparativo anual de 2013 e 2012.

Ativos

O total de ativos consolidados alcançou R\$ 1,03 trilhão, com crescimento de 7,3% nos últimos 12 meses, enquanto o patrimônio líquido dos acionistas controladores totalizou R\$ 83,2 bilhões, com crescimento de 9,6% no ano de 2013.

A diversificação de nossos negócios se reflete na mudança da composição da nossa carteira de crédito e da nossa captação, reduzindo os riscos a segmentos específicos, que possam ser mais impactados pela volatilidade da economia, conforme segue:

Relatório da Administração

Carteira de crédito

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo da carteira de crédito, incluindo avais, fianças e títulos privados, atingiu R\$ 509,3 bilhões, com crescimento de 13,2% em relação ao final de 2012. A tabela abaixo apresenta a evolução da carteira de crédito:

R\$ milhões

Carteira de crédito	31/dez/13	31/dez/12	dez/13-dez/12
Pessoas físicas	167.946	151.123	11,1%
Cartão de crédito	53.149	40.531	31,1%
Crédito pessoal	27.149	26.951	0,7%
Crédito consignado	22.571	13.550	66,6%
Veículos	40.584	51.646	-21,4%
Crédito imobiliário	24.492	18.445	32,8%
Pessoas jurídicas	275.827	246.872	11,7%
Grandes empresas	190.373	157.913	20,6%
Micro, pequenas e médias empresas	85.454	88.959	-3,9%
América Latina (*)	39.091	29.299	33,4%
Total com avais e fianças	482.864	427.294	13,0%
Grandes empresas - títulos privados (**)	26.482	22.652	16,9%
Total com avais, fianças e títulos privados	509.346	449.946	13,2%
Total com avais, fianças e títulos privados (ex-veículos)	468.761	398.300	17,7%

(*) Inclui Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai. (**) Inclui debêntures, CRI e *commercial paper*.

Pessoas físicas – No Brasil, a carteira de crédito para pessoas físicas alcançou R\$ 167,9 bilhões em 31 de dezembro de 2013, crescimento de 11,1% em relação ao final do último trimestre de 2012. O saldo da carteira de crédito do Itaú Unibanco ao final de dezembro de 2013 reflete a estratégia do banco de priorização por carteiras de menor risco. Destaques:

- O Itaú Unibanco é líder do segmento de cartão de crédito no Brasil. Em 2013, o valor transacionado em compras com cartões de débito e crédito atingiu R\$ 255,2 bilhões, o que representou acréscimo de 12,2% em relação ao mesmo período de 2012. O saldo da carteira de crédito alcançou R\$ 53,1 bilhões, aumentando 31,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2013, foram feitas várias ações com os emissores de cartões, buscando sempre a satisfação dos clientes. Uma dessas ações foi a mudança no programa de *rewards* (Sempre Presente), com a criação de uma nova plataforma para troca de pontos em companhias aéreas (Ponto Viagem), e nos *sites* dedicados de varejistas que fazem parte do programa. Além disso, foi lançada a Hiper, uma nova bandeira de aceitação nacional de cartões de crédito que, dentre outros benefícios, traz a conversão de 120% da tarifa de anuidade em bônus de celular, sendo aceita em todos os estabelecimentos credenciados pela REDE.
- A carteira de consignado apresentou relevante crescimento de 66,6% em relação a 31 de dezembro de 2012. A carteira representou 4,7% do total realizado pelo banco, alcançando R\$ 22,6 bilhões. O Banco Itaú BMG Consignado S.A. iniciou sua operação em dezembro de 2012 e está presente em todo o território brasileiro, atingindo R\$ 7,1 bilhões da estimativa de R\$ 12 bilhões esperada para os próximos dois anos apresentada quando foi anunciada a nova instituição, em julho de 2012.
- O Itaú Unibanco permanece na liderança das concessões de financiamento para veículos zero km no último trimestre de 2013. Mantendo o apetite de crédito mais conservador, com manutenção da qualidade de crédito, redução nos prazos médios de contratos e aumento do percentual de entrada. Seguindo essa estratégia, o banco encerrou o ano com um saldo de R\$ 40,6 bilhões na carteira de crédito, 21,4% inferior a igual período do ano

Relatório da Administração

anterior. Em 2013, os financiamentos totalizaram R\$ 19,0 bilhões, redução de 14,2% nas concessões de CDC, *leasing* e Finame em relação ao ano anterior.

- O Itaú Unibanco é líder entre os bancos privados brasileiros no financiamento de imóveis para pessoa física. A oferta é realizada pela rede de agências, incorporadoras e imobiliárias, bem como por meio de parcerias. Em 2013 o banco realizou cerca de 35,6 mil financiamentos, aumento de 32,9% em relação ao ano de 2012. A carteira de crédito imobiliário atingiu R\$ 24,5 bilhões e apresentou crescimento de 32,8% em comparação a dezembro de 2012. Ao longo de 2013, o Itaú Unibanco focou na melhoria do fluxo de aprovação e contratação do crédito imobiliário. No ano, em média, 91% das propostas recebidas foram aprovadas em até 2 horas, e o tempo entre o recebimento da documentação e a emissão do contrato reduziu-se na média, de 18, em 2012, para 15 dias, reforçando o compromisso com a eficiência e qualidade na prestação de serviços.

Pessoas jurídicas - No Brasil, a carteira de crédito para pessoas jurídicas, atingiu R\$ 275,8 bilhões em 31 de dezembro de 2013, apresentando crescimento de 11,7% em relação ao mesmo período de 2012.

- A carteira do segmento grandes empresas, que tem a gestão do Itaú BBA, é composta por empréstimos em moeda nacional e em moeda estrangeira, créditos direcionados e garantias. O período de janeiro a dezembro de 2013 tem como destaque as operações em moeda estrangeira que tiveram crescimento de 19,8%, quando comparadas ao mesmo período de 2012, principalmente em função da desvalorização cambial, e operações de recursos direcionados que tiveram crescimento de 29,8% em comparação a igual período do ano anterior.

América Latina (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai) – A carteira de crédito apresentou crescimento relevante de 33,4% em relação a dezembro de 2012, sendo 28,7% no segmento pessoa física e 36,1% no segmento pessoa jurídica. Destaque para o aumento das carteiras de crédito no segmento pessoa jurídica no Chile e Uruguai, que evoluíram 35,5% e 58,2%, respectivamente. No segmento pessoa física, destaque para o aumento de 25,6% na carteira do Chile com relação a igual período do ano passado.

Em linha com a política de redução de risco na concessão de crédito, o índice de inadimplência total, considerando-se o saldo das operações em atraso há mais de 90 dias, alcançou 3,7% em 31 de dezembro de 2013, apresentando redução de 1,0 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2012. Esse indicador apresentou o menor índice desde a associação entre Itaú e Unibanco, ocorrida em 2008, influenciado principalmente pela mudança do perfil de crédito da carteira. Esse indicador atingiu 5,8% para carteira de clientes pessoas físicas e 2,0% para pessoas jurídicas ao final de dezembro de 2013, recuando 1,1 p.p. e 1,2 p.p. respectivamente em relação ao mesmo período do ano anterior.

Captações

Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram R\$ 1,52 trilhão em 31 de dezembro de 2013, com crescimento de 8,5% quando comparado ao mesmo período de 2012.

Solidez do Capital

Índice de Basileia – Ao final de dezembro de 2013, o índice consolidado operacional atingiu 16,6%, apresentando redução em relação ao mesmo período em 2012, principalmente em função da aplicação das novas regras de apuração dos índices de capital. Um índice adequado (11,6% de Capital Principal/Nível I e 5,0% de Nível II) levando-se em consideração que supera em 5,6 pontos percentuais o mínimo exigido pela autoridade reguladora.

Classificação de risco de crédito pelas agências de rating – Em 2013, as alterações dos *ratings* do Itaú Unibanco Holding ocorreram por fatores exógenos, sendo eles: (i) mudança na perspectiva do *rating* soberano brasileiro de longo prazo pela Moody's e pela Standard & Poor's ou; (ii) revisão mundial na metodologia da Moody's para atribuição de notas para dívidas subordinadas.

Relatório da Administração

3.2) ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

No ano de 2013, o volume expedido cresceu 8,6% na Divisão Deca e 1,3% em Painéis. A receita líquida consolidada evoluiu 14,8%, para R\$ 3.873 milhões; e o EBITDA, calculado com base na metodologia definida pela Instrução CVM nº 527/12, atingiu R\$ 1.433 milhões, alta de 20,6%, com margem EBITDA de 37,0% (35,2% no mesmo período do ano anterior).

O lucro líquido totalizou R\$ 520 milhões, incremento de 13,1% sobre o mesmo período do ano anterior. O retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio foi de 12,3%, em comparação a 11,9% no mesmo período de 2012. O lucro líquido recorrente, de R\$ 562 milhões, significou aumento de 23,3%, com margem líquida recorrente de 14,5% (13,5% no acumulado do ano anterior).

Elekeiroz

Na comparação com o ano anterior, o início de 2013 registrou importantes quedas nos volumes expedidos tanto dos produtos orgânicos quanto inorgânicos, tendo chegado ao final do primeiro trimestre com queda de 17% na expedição total. Nos trimestres seguintes houve recuperação das vendas ao mercado interno, particularmente no 3º e 4º trimestres, refletindo inclusive os efeitos das medidas de desoneração fiscal adotadas ao final do primeiro semestre. O ano encerrou-se então com aumento de 2% no total expedido em relação a 2012, só não tendo sido maior pela retração consistente verificada nas exportações ao longo dos trimestres, cujos volumes no total foram 32% inferiores aos de 2012.

A Receita Líquida total de R\$ 1,0 bilhão foi 12% maior, como consequência de 19% de crescimento no mercado interno e de 24% de queda nas exportações. O Custo dos Produtos Vendidos teve alta de 12% e o Lucro Bruto de R\$ 104,9 milhões cresceu 9%.

O Lucro Líquido foi de R\$ 39,4 milhões (R\$ 0,5 milhão em 2012), incluídos os efeitos decorrentes da evolução dos processos tributários conhecidos como semestralidade do PIS 07/70. O EBITDA, também impactado por estes efeitos, totalizou no ano R\$ 80,5 milhões, alta de 110% sobre 2012. Desconsiderados esses efeitos, o Lucro Líquido de 2013 teria sido de R\$ 21,5 milhões e o EBITDA de R\$ 56,6 milhões.

Itautec

A análise do desempenho da Companhia nos exercícios encerrados em 2013 e 2012 leva em consideração as informações financeiras consolidadas antes da reclassificação dos resultados, ativos e passivos das operações de Automações e Serviços Tecnológicos.

A receita líquida consolidada de vendas e serviços do exercício foi de R\$ 1.050,8 milhões, com redução de 32,0% em relação ao mesmo período de 2012, em razão, principalmente, das reduções oriundas da desativação paulatina da Unidade de Computação, que resultou na redução no número de equipamentos expedidos no período, da diminuição de escopo e renegociações contratuais com clientes do setor bancário e perda de um grande contrato de serviços de logística a partir do segundo trimestre de 2012, que impactaram o desempenho da Unidade de Serviços Tecnológicos, além da menor expedição de ATMs em relação ao mesmo período do ano anterior.

O lucro bruto acumulado do exercício foi de R\$ 50,2 milhões, 73,9% inferior ao reportado no mesmo período de 2012, em razão das reduções nas margens das Unidades Soluções de Computação, consequência do início da desativação da operação, e devido às reduções na receita líquida nas unidades de Soluções de Automação e Serviços Tecnológicos.

Em razão dos fatores descritos acima, incluindo os impactos financeiros relacionados à reestruturação da Companhia, o resultado líquido do quarto trimestre de 2013 foi um prejuízo de R\$ 63,9 milhões.

Relatório da Administração

4) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 112 mil colaboradores no final de dezembro de 2013, incluindo aproximadamente 7 mil colaboradores em unidades no exterior. A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios totalizou R\$ 11,9 bilhões no período.

5) SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Itaú Unibanco Holding

O propósito de ser um agente de transformação e a busca da performance sustentável que norteia o desempenho dos negócios do Itaú Unibanco também determinam o investimento que o banco realiza nas ações voltadas para o desenvolvimento da sociedade, que em 2013 totalizou R\$ 422,7 milhões. A melhoria contínua da educação pública, a valorização e divulgação da arte nacional, a mobilidade urbana e o apoio ao esporte em modalidades que retratam traços da identidade cultural brasileira são oportunidades para aplicar as tecnologias e competências que desenvolvem naturalmente por serem uma das maiores instituições do mercado financeiro.

Os investimentos de R\$ 422,7 milhões, em 631 projetos, foram realizados através de verbas incentivadas (R\$ 174,5 milhões em 491 projetos) por meio de leis (Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte), e através de doações (R\$ 248,2 milhões em 140 projetos) realizadas pelas empresas do conglomerado, apoiando projetos voltados para a área de educação e saúde, cultura, esporte e mobilidade.

No início de 2013, o Itaú Unibanco aprovou a criação do Comitê de Partes Relacionadas, cujos membros também são independentes, no âmbito do Conselho de Administração, que tem por escopo analisar as transações entre Partes Relacionadas, em determinadas circunstâncias e de acordo com o estabelecido na Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em 2012, assegurando igualdade e transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que o Itaú Unibanco está em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

O Itaú Unibanco foi eleita a empresa mais sustentável do ano, segundo o Guia Exame de Sustentabilidade 2013, liderando a categoria instituições financeiras, e a 1ª instituição da América Latina no ranking The World's Top 20 Green Banks in 2012 organizado anualmente pela Revista Bloomberg Markets, que avalia os esforços dos bancos para reduzir seus resíduos e seus investimentos em energia limpa.

Duratex

A Duratex destinou R\$ 30,5 milhões a ações ambientais no período de janeiro a dezembro, valor 10,2% superior ao aplicado no mesmo período de 2012, sendo destaque o tratamento de efluentes, a coleta de resíduos e a manutenção de áreas florestais.

No período, a Duratex apresentou a Plataforma Sustentabilidade 2016, que descreve o planejamento estratégico relativo ao tema; e realizou o 2º Encontro de Especialistas. O evento reuniu os executivos da empresa e formadores de opinião de diversos setores, como mercados de capitais, órgãos não governamentais e organizações da sociedade civil. O objetivo deste encontro foi apresentar e discutir o planejamento estratégico de sustentabilidade da Duratex para os próximos anos através da apresentação da Plataforma Sustentabilidade 2016. Os resultados desses trabalhos serão apresentadas nos próximos relatórios anuais e de sustentabilidade da Duratex.

Elekeiroz

Buscando acelerar e reforçar a capacidade de inovação e aumento da cadeia produtiva de alcoóis, a área de pesquisa, desenvolvimento e inovação formalizou acordos com empresas de tecnologia internacionais destinadas a desenvolver processos, equipamentos e produtos capazes de agregar valor às linhas atuais da Elekeiroz. Foram estabelecidas parcerias com renomados institutos de pesquisa para desenvolvimento de processos e produtos via rotas alternativas de

Relatório da Administração

produção, sobretudo as que usam matéria prima de fonte renovável. Estas parcerias estão incentivadas pela Embrapii e Finep.

A Elekeiroz patrocinou, em Várzea Paulista, o Projeto Emcena Brasil, um teatro móvel com infraestrutura para apresentação de espetáculos culturais e realização de oficinas destinadas particularmente às crianças em idade escolar, organizado em parceria com a Secretaria de Cultura do município. Foi também uma das patrocinadoras da 16ª Semana da Engenharia Química da Unicamp, cujo tema deste ano foi “Diversidade da Engenharia Química”.

Itautec

A Itautec concluiu no primeiro trimestre de 2013 o desenvolvimento de seu inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), referente às operações de 2012 realizadas na unidade industrial, filiais de serviços e escritório administrativo, atingindo 42 mil toneladas de CO₂ equivalente (tCO₂e). Este trabalho está de acordo com as normas do *GHG Protocol*, do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC).

Pelo segundo ano consecutivo, a Itautec respondeu voluntariamente ao questionário do *Carbon Disclosure Project* – CDP, utilizando como base o inventário de emissões de gases de efeito estufa. O CDP é uma iniciativa europeia do setor financeiro que incentiva empresas a divulgar compromissos e políticas relacionados às mudanças climáticas.

Em junho foi entregue pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) ao Ministério do Meio Ambiente a proposta de Logística Reversa de Equipamentos de Informática, desenvolvida pela Associação em conjunto com as indústrias do setor, incluindo a Itautec. Esta ação faz parte do processo de desenvolvimento do modelo de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos eletroeletrônicos, previsto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos e possibilitará o desenvolvimento do acordo setorial que será assinado entre governo e empresários para regulamentar a destinação adequada dos resíduos eletroeletrônicos.

6) PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Itaú Unibanco Holding

Marca mais valiosa do Brasil – a marca Itaú foi avaliada em R\$ 19,3 bilhões em 2013 pela consultoria Interbrand, é a décima vez consecutiva que a marca Itaú lidera este *ranking*.

Latin Finance's Banks of the Year Awards 2013 – o Itaú Unibanco foi eleito pela publicação nas categorias *Latin Finance Bank of the Year*, *Bank of the Year Brazil*, *Investment Bank of the Year Brazil*.

As 100 empresas que têm a melhor reputação no Brasil – na pesquisa divulgada pelo Exame.com e pela Revista Exame, na qual revela as companhias que têm a melhor imagem no mercado brasileiro, o Itaú Unibanco ocupou o 1º lugar do *ranking* do setor financeiro.

Best Bank Award 2013 da Revista Global Finance – os vencedores são escolhidos por meio de pesquisa com analistas, executivos e consultores de instituições financeiras e o Itaú Unibanco foi reconhecido nas seguintes categorias:

- *Best Emerging Markets Banks in Latin America* para o Banco Itaú Paraguay;
- *World's Best Subcustodian Banks* para os serviços de custódia no Brasil, Paraguai e Uruguai;
- *Best Investment Bank e Best Debt Bank* para o Itaú BBA, destaque em *Regional Winners – Latin America e Country Winners – Brazil*.

As Melhores da Dinheiro 2013 – promovido pela Revista Isto É Dinheiro, o *ranking* premia as melhores empresas do ano utilizando critérios de gestão, sendo eles: sustentabilidade financeira, recursos humanos, inovação e qualidade, responsabilidade socioambiental e governança corporativa. O Itaú Unibanco venceu pela sétima vez o *ranking* no setor de bancos.

Relatório da Administração

Época NEGÓCIOS 360º – organizado pela Revista Época, o guia é realizado em parceria com a Fundação Dom Cabral, que faz uma avaliação completa das maiores empresas do país considerando as dimensões: desempenho financeiro, governança corporativa, práticas de recursos humanos, inovação, visão de futuro e responsabilidade socioambiental. O Itaú Unibanco conquistou novamente o 1º lugar no setor de bancos, nesse guia que está em sua segunda edição.

Latin American Executive Team 2013 – realizado pela Institutional Investor Magazine, vencemos as categorias Melhor Relações com Investidores pelos Sell e Buy Sides; Melhor CEO pelos Sell e Buy Sides; Melhor CFO de bancos pelo Buy Side; Melhor Profissional de Relações com Investidores pelo Buy Side, e o Itaú BBA foi classificado como a equipe número um de Research da América Latina.

IR Magazine Awards Brazil 2013 – realizada pela IR Magazine, em parceria com a Revista RI e o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI), fomos reconhecidos em 4 categorias: Melhor Relatório Anual, Melhor Conference Call, Melhor Encontro com a Comunidade de Analistas de Investimentos, e Melhor Relações com Investidores no Setor Financeiro.

Duratex

Reconhecida como a empresa mais sustentável do setor de Materiais de Construção pela Guia EXAME de Sustentabilidade 2013. A publicação, que chega a sua 14ª edição, realiza o maior e mais conceituado levantamento de sustentabilidade corporativa do país. O Guia destacou o trabalho da Duratex para a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa, como a substituição de óleo diesel por aparas de madeira a serem usadas como combustível e a ampliação do uso de gás natural.

Premiada entre As Melhores Companhias para os Acionistas 2013, da revista *Capital Aberto*, como primeira colocada na categoria de empresas com ativos entre R\$ 5 bilhões e R\$ 15 bilhões.

Prêmio Abrasca na categoria Destaque Setorial 2013 – Papel, Celulose e Madeira, como melhor caso de criação de valor entre 2009 e 2012.

Prêmio Época Empresa Verde Destaque Especial, na categoria Mudanças Climáticas Indústria, por manter um histórico do inventário de gases de efeito estufa (GEE) há 13 anos; estabelecer metas de redução de emissões; e ter os inventários auditados por uma empresa independente. O prêmio é concedido pela revista *Época* com apoio e consultoria da PriceWaterhouseCoopers (PWC).

Destaque na dimensão Governança Corporativa, no *Época Negócios 360º*, anuário elaborado pela revista *Época* e Fundação Dom Cabral. A transparência do processo de sucessão da presidência é destacada como exemplo do aprimoramento da governança da empresa.

Itautec

A Itautec foi premiada em três categorias do World Finance Technology Awards 2013, reconhecimento criado pela revista internacional World Finance para identificar as melhores práticas no ambiente financeiro e empresarial.

- Melhor desenvolvedora de soluções de segurança da América Latina (Edições: 2011/2012/2013);
- Melhor empresa de soluções tecnológicas de automação bancária da América Latina (Edições: 2011/2012/2013);
- Melhor provedora de soluções de Middle & Back Office da América Latina (Edição: 2013).

Pelo quinto ano consecutivo, a Itautec foi a empresa latino-americana com a melhor colocação no FinTech 100, ranking anual que reúne os cem maiores fornecedores globais de tecnologia para o setor financeiro. A Companhia ocupa a 39ª posição na lista, que é desenvolvida pela empresa de pesquisas IDC Financial Insights e pelas publicações internacionais American Banker e Bank Technology News.

A Itautec foi indicada como finalista da categoria Comunicação e Transparência da edição 2013 do prêmio Ética nos Negócios. Organizado pelo Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios, atualmente em sua quarta edição, esta premiação reconhece as iniciativas das organizações no sentido de promover a ética no meio empresarial. A seleção da Companhia como finalista considerou a preocupação e cuidado em fornecer informações específicas aos públicos interno e externo,

Relatório da Administração

incluindo parceiros comerciais e demais partes interessadas, sobre o processo de reposicionamento estratégico da Itaútec e anúncio da parceria com a OKI Electric.

7) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2013, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 07 de janeiro, 20 de março, 31 de julho e 28 de agosto - aquisição de materiais técnicos.
- 28 de fevereiro – revisão dos aspectos relacionados ao programa de continuidade de negócios.
- 27 de maio – revisão do preenchimento da Declaração de Imposto de Renda (DIPJ 2013).
- 15 e 16 de agosto - participação em curso aberto ao público, relacionado a finanças e contabilidade.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

8) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável de nossos negócios.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 18/02/2014).

Notas Explicativas

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas** **Em 31 de dezembro de 2013** *(Em milhões de Reais)*

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 23 “Informações por segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,1% das ações ordinárias e 17,0% das ações preferenciais, 34,0% do total.

Estas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 18 de fevereiro de 2014.

Notas Explicativas

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em função da adoção, a partir de 1º de janeiro de 2013, do CPC 19 – “Negócios em Conjunto”, as demonstrações consolidadas do exercício anterior estão sendo reapresentadas comparativamente às do exercício atual, já considerando a mudança dessa prática contábil. Os efeitos decorrentes dessa alteração em relação às demonstrações contábeis anteriormente emitidas estão descritos na Nota 2.4 g II.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas e coligadas ou controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da ITAÚSA, as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme o IFRS seria custo ou valor justo.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de Dezembro de 2013

- Alteração do IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Em Dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de *offsetting*. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- Alteração do IAS 19 – Benefícios aos Empregados – Essa alteração exclui a alternativa do uso do método do “corredor”, requer que os ganhos e perdas atuariais sejam lançados em Outros Resultados Abrangentes Acumulados e determina que o custo de juros para o exercício seguinte seja apurado sobre o valor reconhecido no ativo ou passivo. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Notas Explicativas

- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas – O pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante para uma entidade ser consolidada. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- IFRS 11 – Negócios em Conjunto – O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de “*Joint Arrangements*” com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os “*Joint Arrangements*” em duas formas: “*Joint Operation*” e “*Joint Ventures*”, de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em “*Joint Ventures*”, a consolidação proporcional não é mais permitida. Nas demonstrações contábeis da ITAÚSA CONSOLIDADO o maior efeito foi a não consolidação das empresas Itaú Unibanco Holding S.A e IUPAR – Itaú Unibanco Participações que passaram a ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os impactos nas demonstrações contábeis estão apresentados na nota 2.4g II e as principais informações das empresas estão na nota 6 - Investimentos.
- IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como “*Joint Arrangements*”, associações e sociedades de propósitos específicos. O maior impacto para ITAÚSA CONSOLIDADO está sendo nas notas explicativas, onde, foram alteradas as informações do Itaú Unibanco Holding S.A apresentadas agora na nota 6 - Investimentos.
- IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- Ciclo Anual de Melhorias (2009-2011) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS's), IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, IAS 16 – Imobilizado, IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Estas alterações não geraram impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014, com aplicação retrospectiva. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas.
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do ITAÚSA CONSOLIDADO. O IASB decidiu adiar a data de vigência, ainda não definida, contudo, manteve a permissão para adoção antecipada. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.
- Entidades para Investimentos – Alteração ao IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. Introduz uma exceção ao princípio que todas as subsidiárias devem ser consolidadas. A alteração requer que a controladora que seja uma entidade de investimento mensure a valor justo pelo resultado seus investimentos em certas entidades, ao invés de consolidá-los nas suas demonstrações consolidadas. Efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas.

Notas Explicativas

- Alteração do IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. É efetiva a partir de 1º de janeiro de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e a metodologia de mensuração.
- Alteração do IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Esta alteração permite a continuação de *Hedge Accounting*, mesmo que um derivativo seja novado (transferido) para uma *Clearing*, dentro de certas condições. É efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas..
- IAS 19 (R1) – Benefícios a empregados - a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Julho de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4k, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 18. O montante de ativo fiscal diferido em 31/12/2013 era de R\$ 729 (R\$ 653 em 31/12/2012).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 25.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

Notas Explicativas

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 25.

c) Ativos, Provisões e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 22.

O valor contábil dessas provisões em 31/12/2013 era de R\$ 527 (R\$ 436 em 31/12/12).

d) Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 8. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos na demonstração de resultado conforme incorridos e são apresentados líquidos dos efeitos da variação do valor justo do ativo biológico em conta de Custos dos Produtos e Serviços no demonstrativo de resultado.

e) Operações Descontinuadas

Em 15 de maio de 2013, a Itaotec anunciou a sua decisão de alienar 70% das ações através de parceria estratégica; assim, classificou as atividades de automação bancária e comercial e de prestação de serviços do Grupo como ativo não circulante mantido para venda. Seu Conselho de Administração considerou que o Grupo satisfaz os critérios para ser classificado como mantida para venda na referida data pelos seguintes motivos:

- As atividades de automação bancária e comercial e de prestação de serviços estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendida no seu estado atual.
- O Conselho da Administração firmou contrato de Compra e Venda de ações das atividades de automação bancária e comercial e de prestação de serviços com a Oki.
- O Conselho da Administração esperava que a alienação dos 70% fosse concluída até dezembro de 2013.

Na Duratex, as operações descontinuadas referem-se à sua controlada Deca Piazza S.A. localizada na Argentina, cuja descontinuidade ocorreu em função da perda de competitividade e de prejuízos recorrentes em suas operações.

Para maiores detalhes sobre operações descontinuadas, vide Nota 26.

Notas Explicativas

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 31/12/2013	Porcentagem do capital em 31/12/2012
Área Financeira - Joint Ventures				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	36,87%	36,78%
Área Industrial - Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,48%	35,52%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,49%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	94,01%	94,01%

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4i. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações junto a acionistas não controladores

O CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

Notas Explicativas

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

II. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” - define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

III. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como receita ou despesa financeira.

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o desconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A ITAÚSA CONSOLIDADO define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para o qual foram adquiridos. As classificações utilizadas são: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor Justo Através do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

Notas Explicativas

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos que não são cotados em um mercado ativo e que possuem pagamentos fixos ou determináveis. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros reconhecidos pela ITAÚSA nessa categoria de instrumentos financeiros são principalmente: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do período reportado.

II. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas na conta "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

Os dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda, como os investimentos em ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da ITAÚSA de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria companhia e controladas.

III. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013 não apresentam compensação entre ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

IV. *Impairment* de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A ITAÚSA avalia na data de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Itaúsa utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se uma conta a receber ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a ITAÚSA pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A ITAÚSA avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

Notas Explicativas

e) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PDD ou *impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outras receitas operacionais", na demonstração do resultado.

f) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

g) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (Joint Ventures)

O CPC 19 – “Negócios em Conjunto”, define entidades sob controle conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas (empreendedores). As entidades sob controle conjunto incluem acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades detém controle compartilhado em entidades ou têm operações ou detém ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que as afetem dependam da decisão unânime dos empreendedores.

Anteriormente a 1º de janeiro de 2013, a ITAÚSA consolidava proporcionalmente suas participações em entidades controladas em conjunto, conforme requerimentos do CPC 19 Empreendimentos Controlados em Conjunto (revogado). A partir desta data, adotou o CPC 19 – “Negócios em Conjunto”, alterando sua política contábil para participações em negócios em conjunto para o método de equivalência patrimonial. O maior impacto nas demonstrações consolidadas está sendo a não consolidação da empresa ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Apresentamos abaixo os principais impactos nos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Notas Explicativas

Balanco Patrimonial Consolidado	31/12/2012	Parcela não consolidada	31/12/2012 rerepresentado
Ativo	364.017	(324.967)	39.050
Passivo	331.308	(324.932)	6.376
PL	32.709	(35)	32.674

Balanco Patrimonial Consolidado	31/12/2011	Parcela não consolidada	31/12/2011 rerepresentado
Ativo	312.002	(274.586)	37.416
Passivo	279.712	(274.071)	5.641
PL	32.290	(515)	31.775

Demonstração Consolidada do Resultado	01/01 a 31/12/2012	Parcela não consolidada	01/01 a 31/12/2012 rerepresentado
Receita de Juros e Rendimentos	35.028	(34.832)	196
Despesa de Juros e Rendimentos	(17.734)	17.412	(322)
Resultado de Empresas não Consolidadas	72	4.535	4.607
Lucro Líquido Acionistas Controladores	4.539	-	4.539
Lucro Líquido Consolidado	5.040	(204)	4.836

Fluxos de Caixa Consolidado	01/01 a 31/12/2012	Parcela não consolidada	01/01 a 31/12/2012 rerepresentado
Atividades Operacionais	19.611	(19.608)	3
Atividades de Investimentos	(14.429)	15.531	1.102
Atividades de Financiamentos	(1.633)	644	(989)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.549	(3.433)	116

A tabela abaixo apresenta os valores de entidades controladas em conjunto (joint ventures) avaliadas pelo método de equivalência patrimonial:

	31/12/2013	31/12/2012
Ativos	1.027.335	957.163
Passivos	944.368	882.431
Receitas	142.230	129.239
Despesas	(125.723)	(116.063)

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA CONSOLIDADO. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO.

Notas Explicativas

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA CONSOLIDADO mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

h) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 7.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas Operacionais ou Despesas Gerais e Administrativas.

i) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

Notas Explicativas

j) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam semestralmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

k) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Notas Explicativas

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado. Juros e multas sobre imposto de renda e contribuição social são tratados como uma despesa não financeira.

I) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

A ITAÚSA e suas controladas oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros. Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do período.

m) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 15.

n) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o CPC 38, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e o valor determinado de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

Notas Explicativas

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida, após a emissão, se com base na melhor estimativa concluirmos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

o) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

p) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

q) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – “Resultado por Ação”.

Notas Explicativas

As controladas da ITAÚSA outorgam opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (consistindo de fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações da ITAÚSA.

r) RECEITAS

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Vendas de serviços

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através da sua subsidiária Itautec S.A., presta serviços no segmento de automações e computação. A receita é, geralmente, reconhecida com base nos serviços realizados até o momento.

s) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: área de serviços financeiros e área industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 23.

t) ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA E RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

De acordo com CPC 31 – “Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada”, os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano e deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados. Os ativos e passivos do grupo de ativos descontinuados são apresentados em linhas únicas no ativo e passivo.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único, separado das demais receitas e despesas, depois da rubrica de lucros ou prejuízos após impostos. Os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento das operações descontinuadas são apresentados na Nota 26.

Notas Explicativas

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa para a ITAÚSA CONSOLIDADO é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/12/2013	31/12/2012
Disponibilidades	59	56
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	118	188
Certificado de Depósitos Bancários	1.022	1.138
Total	1.199	1.382

NOTA 4 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A carteira é composta por aplicações em fundos de investimentos no montante de R\$ 426 (R\$ 429 em 31/12/2012).

NOTA 5 - ESTOQUES - ÁREA INDUSTRIAL

	31/12/2013	31/12/2012
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	288	369
Produtos Acabados	265	308
Produtos em elaboração	103	77
Almoxarifado Geral	94	81
Adiantamento a Fornecedores	8	5
Provisão para perdas nos estoques	(22)	(50)
Total	736	790

O custo dos estoques reconhecidos no resultado e incluídos em "Custo dos Produtos e Serviços" totalizou em 31 de dezembro de 2013 R\$ 3.729 (R\$ 3.567 em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

Notas Explicativas

NOTA 6 - INVESTIMENTOS

I) Participação em Subsidiárias e Entidades Controladas em Conjunto - ITAÚSA

O quadro abaixo demonstra a participação da ITAÚSA em subsidiárias, que são consolidadas nessas Demonstrações Contábeis e entidades controladas em conjunto:

Empresas	Saldos em 31/12/2012	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos / A Receber (1)	Resultado de Participação	Varição do Ajuste ao Valor de Mercado e Varição Cambial	Outros Resultados Abrangentes de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	Outorga de Opções Reconhecidas	Outros Ajustes no Patrimônio Líquido	Saldos em 31/12/2013	Valor de Mercado (2)
Entidades Controladas em Conjunto									
Itaú Unibanco Holding S.A.	15.113	(1.722)	3.822	-	(639)	42	(126)	16.490	57.863
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	12.221	(100)	2.024	-	(559)	36	(110)	13.512	-
Subsidiárias									
Duratex S.A.	1.418	(64)	183	2	-	3	-	1.542	2.791
Elekeiroz S.A.	459	(11)	38	-	-	-	-	486	321
Itautec S.A.	376	-	(331)	1	-	-	-	46	306
Itaúsa Empreendimentos S.A.	100	-	4	-	-	-	-	104	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	1	-	-	-	-	-	-	1	-
TOTAL GERAL	29.688	(1.897)	5.740	3	(1.198)	81	(236)	32.181	

(1) Em outros ativos financeiros, estão registrados dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

(2) Valor justo dos investimentos em controladas e entidades controladas em conjunto com base nas cotações de ações das empresas. No Itaú Unibanco Holding considera-se participação indireta via IUPAR.

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Nº de ações de propriedade da ITAÚSA		Participação no Capital Social	Participação no Capital Votante
				Ordinárias	Preferenciais		
Entidades Controladas em Conjunto							
Itaú Unibanco Holding S.A.	60.000	83.233	16.424	973.657.190	84.810	36,87%	64,16%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	6.500	20.308	3.042	355.227.092	350.942.273	66,53%	50,00%
Subsidiárias							
Duratex S.A.	1.697	4.365	520	214.200.943	-	35,48%	35,48%
Elekeiroz S.A.	321	504	39	14.261.761	16.117.360	96,49%	98,23%
Itautec S.A.	280	156	(388)	10.953.371	-	94,01%	94,01%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	52	104	4	752.189	-	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman company Ltd.	29	1	(24)	12.200.000	-	100,00%	100,00%

II - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição

	% de participação em 31/12/2013		31/12/2013				
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimentos	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	36,87	64,16	83.233	16.332	57.863	16.424	3.841
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	20.308	13.512	-	3.042	2.024
Tablemac	-	-	-	121	-	-	3
Outros	-	-	-	(15)	-	-	-
Total				29.950			5.868

	% de participação em 31/12/2012		31/12/2012				
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimentos	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	36,78	64,16	75.902	14.908	55.395	10.261	3.235
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	18.369	12.221	-	1.596	1.370
Tablemac	-	-	-	174	-	-	2
Outros	-	-	-	1	-	-	-
Total				27.304			4.607

Notas Explicativas

b) Outras informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Informações Financeiras (*)	31/12/2013	31/12/2012
Ativo Circulante	645.581	584.526
Ativo Não Circulante	381.723	372.637
Passivo Circulante	621.134	578.038
Passivo Não Circulante	323.234	304.393
Receitas	142.230	143.157
Despesas	(125.723)	(129.981)

(*) Representado substancialmente pelo IUH - Itaú Unibanco Holding.

Os passivos financeiros correspondem a R\$ 493.816 circulante e R\$ 306.762 não circulante (R\$ 456.911 circulante e R\$ 287.653 não circulante em 31/12/2012).

As provisões de ações cíveis, trabalhistas e tributárias correspondem a R\$ 18.862 (R\$ 19.209 em 31/12/2012).

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Receita de Juros e Rendimentos	94.127	96.364
Despesa de Juros e Rendimentos	(46.361)	(48.067)
Lucro Líquido Antes do IR/CS	20.865	17.416
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.343)	(4.225)
Lucro Líquido	16.522	13.191
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	16.424	12.634
Outros Resultados Abrangentes	(3.248)	1.709
Resultado Abrangente Total	13.176	14.343

As despesas com depreciação e amortização totalizam R\$ 1.522 e R\$ 808 respectivamente (R\$ 1.346 e R\$ 844 em 31/12/2012).

Caixa e Equivalentes de Caixa - Itaú Unibanco Holding	31/12/2013	31/12/2012
Disponibilidades	16.576	13.967
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.599	14.347
Aplicações no Mercado Aberto	20.615	17.476
Total	55.790	45.790

Conciliação dos investimentos controlados em conjunto	Itaú Unibanco Holding		IUPAR		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Patrimônio Líquido em 01/01/2013 e 01/01/2012	75.902	73.942	18.369	17.880	-	-
Ganhos/(Perdas) do período	16.424	12.634	3.042	2.060	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(3.248)	1.709	(834)	442	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(4.976)	(5.296)	(151)	(158)	-	-
Reorganizações Societárias	(640)	(7.360)	(165)	(1.902)	-	-
Outras Movimentações no PL	(239)	273	47	47	-	-
Patrimônio Líquido em 31/12/2013 e 31/12/2012	83.223	75.902	20.308	18.369	-	-
Participação Societária	19,64%	19,59%	66,53%	66,53%	-	-
	16.341	14.871	13.512	12.221	29.853	27.092
Resultado Não Realizado	(173)	(220)	-	-	(173)	(220)
Goodwill (Nota 20)	164	257	-	-	164	257
Total	16.332	14.908	13.512	12.221	29.844	27.129

Notas Explicativas

NOTA 7 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2012			Movimentações				Saldo em 31/12/2013		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Transferências	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	639	-	639	27	(1)	-	21	686	-	686
Construções e Benfeitorias	4	842	(355)	487	8	(1)	(31)	134	983	(386)	597
Equipamentos e Instalações	5 a 20	3.228	(1.463)	1.765	72	(7)	(233)	485	3.729	(1.650)	2.079
Móveis e Utensílios	10	41	(30)	11	4	-	(2)	1	46	(31)	15
Veículos	10	51	(40)	11	1	(2)	(4)	2	52	(44)	8
Imobilizado em Andamento	-	673	-	673	376	-	-	(642)	407	-	407
Outros (Processamento de Dados e Outros Ativos)	4 a 20	159	(109)	50	9	(4)	(13)	(4)	136	(96)	40
TOTAL IMOBILIZADO		5.633	(1.997)	3.636	497	(15)	(283)	(3)	6.039	(2.207)	3.832

NOTA 8 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO detém através de sua controlada Duratex Florestal Ltda., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2013, a Duratex Florestal Ltda. possuía aproximadamente 139 mil hectares em áreas de efetivo plantio (140 mil hectares em 31/12/2012) que são cultivadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente).

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Custo de formação dos ativos biológicos	595	545
Diferencial entre o custo e o valor justo	531	557
Valor justo dos ativos biológicos	1.126	1.102

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	1.102	1.094
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	192	144
Exaustão	(218)	(163)
Variação do Valor Histórico		
Formação	132	115
Exaustão	(82)	(88)
Saldo final	1.126	1.102
	31/12/2013	31/12/2012
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	(26)	(19)
Variação do Valor Justo	192	144
Exaustão do Valor Justo	(218)	(163)

O ajuste na variação do valor justo é decorrente dos preços de mercado, produtividade e volume colhido.

Notas Explicativas**NOTA 9 - ATIVOS INTANGÍVEIS - ITAÚSA CONSOLIDADO**

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)	31/12/2012			Movimentações					31/12/2013		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa de Amortização	Reclassificação para ativos mantidos para venda	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Software	20%	80	(47)	33	10	(1)	(11)	(9)	-	59	(38)	21
Marcas e Patentes	-	4	-	4	1	-	(1)	-	10	15	(1)	14
Ágio por Rentabilidade Futura	-	689	-	689	-	-	-	-	25	714	-	714
Carteira de Clientes	6,67%	396	(79)	317	-	-	(26)	-	-	396	(105)	291
Desenvolvimento de Produtos	-	18	(7)	11	5	(2)	(3)	(11)	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	10%	1	-	1	-	-	(1)	(1)	-	-	-	-
TOTAL INTANGÍVEL		1.188	(133)	1.055	16	(3)	(42)	(21)	35	1.184	(144)	1.040

NOTA 10 – DEBÊNTURES

Em 01/06/2010 a Itaúsa efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor de face de R\$ 100 mil cada, com remuneração de 106,5% do CDI, com amortização em três parcelas anuais e sucessivas, em junho de 2011, 2012 e 2013, podendo a Itaúsa, a seu critério, antecipar estes resgates. Em junho de 2011, 2012 e 2013 a Itaúsa efetuou pagamentos no valor de R\$ 416, R\$ 432 e R\$ 377 referente amortização da primeira, segunda e última parcela, respectivamente.

Em 08/12/2012 foi aprovada na Duratex a primeira Emissão Privada de Debêntures, com garantia flutuante, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Duratex, para subscrição privada, no valor total de R\$ 100, com remuneração de IPCA + 6% a.a. pagos anualmente em 15 de janeiro de cada ano, com vencimento para 15/01/2017, cujos recursos foram destinados para:

- Implantação, na unidade industrial de sua propriedade localizada em Itapetininga-SP, de uma nova linha de produção de painéis de fibra de madeira reconstituída de média densidade (MDF), uma nova linha de revestimento em baixa pressão e uma impregnadora de papel laminado a baixa pressão;
- Aquisição das máquinas e equipamentos nacionais necessários ao projeto descrito no item anterior.

Abaixo apresentamos as debêntures na Itaúsa Consolidado:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures e Notas Promissórias Itaúsa	-	-	-	573	-	573
Debêntures Duratex	6	109	115	6	103	109
Total	6	109	115	579	103	682

Notas Explicativas**NOTA 11 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS****a) Outros Ativos**

	31/12/2013	31/12/2012
Financeiros	535	621
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes	151	160
Valores a Receber de Reembolso de Contingência	11	12
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	373	449
Não Financeiros	342	347
Despesas Antecipadas	34	20
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 21)	182	174
Outros	126	153

b) Outros Passivos

	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores	307	310
Provisão para Pagamentos Diversos	220	250
Provisão de Pessoal	119	153
Rendas Antecipadas	104	112
Outros	2	5
Total	752	830

NOTA 12 - CLIENTES

	31/12/2013	31/12/2012
Contas a receber	31/12/2013	31/12/2012
Clientes no país	1.171	1.127
Clientes no exterior	71	94
<i>Impairment</i>	(40)	(40)
Total	1.202	1.181

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2013	31/12/2012
Vencimentos	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	1.074	1.124
Vencidos até 30 dias	55	28
Vencidos de 31 a 60 dias	16	3
Vencidos de 61 a 90 dias	26	3
Vencidos de 91 a 180 dias	22	17
Vencidos há mais de 180 dias	49	46
Total	1.242	1.221

Notas Explicativas

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e Financiamentos	Encargos	31/12/2013			31/12/2012		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
BNDES	5,20% a 9,0% a.a	89	15	104	53	56	109
BNDES	TJLP + 1,10% a 4,32% a.a	193	554	747	140	584	724
BNDES	Selic + 2,16% a.a	-	3	3	-	-	-
BNDES	108% CDI	10	-	10	-	-	-
Crédito Industrial e Bancário	101,2% CDI	274	184	458	55	384	439
Crédito Industrial e Bancário	12,7% a.a	7	53	60	110	55	165
Desconto NPR	5,50% a.a	8	-	8	25	-	25
FINAME	Pré 3,7% a 7,4% a.a	-	2	2	-	1	1
FINAME	TJLP + 2,3% a.a	2	34	36	1	14	15
FINEP	3,50% a 4,0% a.a	15	61	76	15	63	78
Floating Rate Note	109,3% CDI	1	-	1	141	-	141
FUNDIEST	30% + IGP-M a.m	18	123	141	4	136	140
FUNDOPEM	IPCA + 3,0% a.a	-	16	16	-	10	10
Nota de Crédito Rural e Exportação	105,3% CDI	68	57	125	-	115	115
Nota de Crédito Rural e Exportação	8,0% a 9,60% a.a	68	155	223	111	63	174
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4,0% a.a / IPCA + 6,0% a.a	12	14	26	14	21	35
Vendor	-	2	-	2	2	-	2
Cessão de Crédito	9,38% a.a	20	-	20	20	-	20
Outros	Pré 1,3% a.m	-	-	-	1	-	1
Moeda Nacional		787	1.271	2.058	692	1.502	2.194
ACC - DESCONTO CAMBIAL	1,29% a.a	2	-	2	5	-	5
BNDES	Cesta de Moedas + 2,2% a 2,4% a.a	12	23	35	10	30	40
BNDES	Cesta de Moedas + Juros Variáveis	1	-	1	1	2	3
BNDES	US\$ + 1,60% a 2,12% a.a	-	-	-	3	8	11
BNDES	US\$ + L + 1,60% a 2,10% a.a	2	4	6	1	5	6
BNDES	Varição Cambial + 1,65% a 2,16% a.a	3	10	13	-	-	-
Exterior	Libor + 0,92% a.a	93	-	93	17	-	17
Exterior	EuroLibor + 0,92% a.a	-	-	-	3	-	3
Resolução 2770	US\$ + L + 1,3% a 1,7% a.a	2	-	2	3	2	5
Resolução 4131	US\$ + 1,60% a 2,12% a.a	-	-	-	34	-	34
Resolução 4131	US\$ + L + 1,3% a 1,7% a.a	1	438	439	-	221	221
Moeda Estrangeira		116	475	591	77	268	345
Total		903	1.746	2.649	769	1.770	2.539

Prazo de Vencimento	31/12/2013	31/12/2012
	2014	-
2015	895	699
2016	365	170
2017	134	81
2018	203	61
2019	74	48
2020	56	32
2021	9	3
Demais	10	4
Total	1.746	1.770

Notas Explicativas

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 30/04/2013, foi aprovada a seguinte proposta do Conselho de Administração:

- Aumento do capital social em R\$ 4.600, mediante capitalização de recursos consignados nas Reservas de Lucros, sendo R\$ 1.411 da Reserva Legal, R\$ 623 da Reserva para Equalização de Dividendos e R\$ 2.566 da Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas;
- Emissão de 484.745.974 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 186.628.955 ordinárias e 298.117.019 preferenciais, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada lote de 10 (dez) ações da mesma espécie que possuíam no final do dia 07/05/2013;

Conforme Ata Sumária da Reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 06/05/2013 foi deliberado Aumento do capital social no montante de R\$ 900, mediante emissão de 138.461.540 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 53.308.194 ordinárias e 85.153.346 preferenciais, com integralização em dinheiro ou em créditos originários de dividendos ou Juros sobre Capital Próprio.

A homologação do referido aumento do capital social ocorreu na Reunião do Conselho de Administração de 12/07/2013.

Em decorrência da capitalização das reservas e da subscrição de ações, o capital social foi elevado para R\$ 22.000 representado por 5.470.667.261 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.106.226.703 ordinárias e 3.364.440.558 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Notas Explicativas

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2012 e em 31 de Dezembro de 2013:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 01/01/2012	1.696.626.868	2.718.854.721	4.415.481.589	13.678
Residentes no País	1.696.361.573	1.820.597.595	3.516.959.168	10.895
Residentes no Exterior	265.295	898.257.126	898.522.421	2.783
Movimentações das ações do capital integralizado AGE de 26/04/2012	169.662.686	271.015.472	440.678.158	2.822
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	2.822
Bonificação de 10% em Ações	169.662.686	271.015.472	440.678.158	-
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2012	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500
Residentes no País	1.864.554.738	1.962.909.890	3.827.464.628	13.028
Residentes no Exterior	1.734.816	1.018.260.303	1.019.995.119	3.472
Ações em Tesouraria em 01/01/2012 (*)	-	(8.700.000)	(8.700.000)	(80)
(-) Cancelamento de Ações - AGE de 26/04/12	-	8.700.000	8.700.000	80
Ações em Tesouraria em 31/12/2012	-	-	-	-
Em Circulação em 31/12/2012	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2013	239.937.149	383.270.365	623.207.514	5.500
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.600
Bonificação de 10% em Ações	186.628.955	298.117.019	484.745.974	-
Subscrição de Ações	53.308.194	85.153.346	138.461.540	900
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2013	2.106.226.703	3.364.440.558	5.470.667.261	22.000
Residentes no País	2.105.824.193	2.195.206.548	4.301.030.741	17.296
Residentes no Exterior	402.510	1.169.234.010	1.169.636.520	4.704
Em Circulação em 31/12/2013	2.106.226.703	3.364.440.558	5.470.667.261	22.000

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2012 e em 31 de Dezembro de 2013:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 01/01/2012	1.696.626.868	2.718.854.721	4.415.481.589	13.678
Residentes no País	1.696.361.573	1.820.597.595	3.516.959.168	10.895
Residentes no Exterior	265.295	898.257.126	898.522.421	2.783
Movimentações das ações do capital integralizado AGE de 26/04/2012	169.662.686	271.015.472	440.678.158	2.822
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	2.822
Bonificação de 10% em Ações	169.662.686	271.015.472	440.678.158	-
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2012	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500
Residentes no País	1.864.554.738	1.962.909.890	3.827.464.628	13.028
Residentes no Exterior	1.734.816	1.018.260.303	1.019.995.119	3.472
Ações em Tesouraria em 01/01/2012 (*)	-	(8.700.000)	(8.700.000)	(80)
(-) Cancelamento de Ações - AGE de 26/04/12	-	8.700.000	8.700.000	80
Ações em Tesouraria em 31/12/2012	-	-	-	-
Em Circulação em 31/12/2012	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2013	239.937.149	383.270.365	623.207.514	5.500
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.600
Bonificação de 10% em Ações	186.628.955	298.117.019	484.745.974	-
Subscrição de Ações	53.308.194	85.153.346	138.461.540	900
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2013	2.106.226.703	3.364.440.558	5.470.667.261	22.000
Residentes no País	2.105.824.193	2.195.206.548	4.301.030.741	17.296
Residentes no Exterior	402.510	1.169.234.010	1.169.636.520	4.704
Em Circulação em 31/12/2013	2.106.226.703	3.364.440.558	5.470.667.261	22.000

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

Notas Explicativas

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

I. Cálculo

	<i>(Em milhões de Reais)</i>	
Lucro Líquido	5.698	
(-) Reserva Legal	(285)	
Base de Cálculo do Dividendo	5.413	
Dividendo Mínimo Obrigatório	1.353	25,00%
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Proposto	1.877	34,68%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Pagos	550	(58)	492
Dividendos	162	-	162
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 01/07/2013	80	-	80
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 01/10/2013	82	-	82
Juros sobre o Capital Próprio	388	(58)	330
1 parcela de R\$ 0,071 por ação paga em 21/08/2013	388	(58)	330
Provisionado / Declarado	553	(71)	482
Dividendos	82	-	82
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 02/01/2014	82	-	82
Juros sobre o Capital Próprio	471	(71)	400
1 parcela de R\$ 0,086 por ação, creditada em 30/12/2013, a ser paga em 28/02/2014	471	(71)	400
Provisionado / A ser Declarado em 2014	1.048	(145)	903
Dividendos	82	-	82
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 01/04/2014	82	-	82
Juros sobre o Capital Próprio	349	(52)	297
1 parcela de R\$ 0,0626 por ação a ser paga em 28/02/2014	342	(51)	291
1 parcela de R\$ 0,0013 por ação a ser paga até 30/06/2014	7	(1)	6
Juros sobre o Capital Próprio Adicionais ao Mínimo Obrigatório	617	(93)	524
1 parcela de R\$ 0,1127 por ação a ser paga até 30/06/2014	617	(93)	524
Total em 31/12/2013 - R\$ 0,3436 líquido por ação	2.151	(274)	1.877
Total em 31/12/2012 - R\$ 0,3117 líquido por ação ⁽¹⁾	1.904	(242)	1.662

(1) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações

c) Reservas Integralizadas

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

• Reservas estatutárias

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e

Notas Explicativas

- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	31/12/2013	31/12/2012
Reservas de Lucros	10.976	12.291
Legal	1.120	2.246
Estatutárias	9.856	10.045
Equalização de Dividendos	2.066	1.627
Reforço do Capital de Giro	3.852	3.077
Aumento de Capital de Empresas Participadas	3.938	5.341
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	617	610
Outras Reservas	413	332
Total das Reservas na Controladora	12.006	13.233

Detalhamento das Reservas	Reserva de Lucros		Outras Reservas	Total das Reservas
	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldo em 31/12/2012	2.246	10.655	332	13.233
Constituição de Reservas	285	3.262	-	3.547
Aumento de Capital com Reservas	(1.411)	(3.189)	-	(4.600)
Dividendo - Valor a ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	-	617	-	617
Dividendo - Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anteriores	-	(610)	-	(610)
Reorganizações Societárias	-	(236)	-	(236)
Opções Outorgadas Reconhecidas	-	-	81	81
Transferências	-	(26)	-	(26)
Saldo em 31/12/2013	1.120	10.473	413	12.006

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais da ITAÚSA CONSOLIDADO.

Notas Explicativas

NOTA 15 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas

a) Duratex S.A.

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Notas Explicativas

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total				Demais Períodos
					Dez/12	Dez/13			2007 a 2011	2012	2013	
30/03/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	48.856	53.740	11,42	1	1	-	-	-
31/01/2007	2.787.050	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	1.588.612	1.445.154	10,36	25	25	-	-	-
13/02/2008	2.678.901	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.649.682	1.512.330	8,47	19	19	-	-	-
30/06/2009	2.517.951	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	922.476	840.467	4,64	9	9	1	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	1.464.818	1.420.779	8,21	8	4	2	2	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	1.868.298	1.859.377	5,11	10	1	3	3	2
09/04/2012	1.315.360	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	1.315.360	1.254.241	5,69	7	-	1	2	4
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	-	1.498.804	6,54	9	-	-	2	7
Soma	16.728.739				8.858.102	9.884.892		88	59	7	9	13
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								85	57⁽¹⁾	7⁽²⁾	8⁽³⁾	12⁽⁴⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2011.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2012.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2013.

(4) Valor a ser contabilizado contra o resultado até dezembro de 2015.

(*) Contempla bonificação de ações de 10% conforme AGO/E de 22/04/2013.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía 1.405.054 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

b) Itaotec S.A.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Itaotec até o ano de 2006 possuía Plano para Outorga de Opções de Ações, com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações da Itaotec.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os participantes do plano eram selecionados a exclusivo critério do Comitê dentre os executivos da Itaotec.

O preço de exercício fixado na outorga da opção tinha como base a cotação média dos preços das ações da Itaotec nos pregões da BM&FBOVESPA, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções.

A critério do Comitê era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos. As premissas utilizadas no valor justo das opções, com base no modelo "Binomial", foram as seguintes:

Notas Explicativas

Premissas

Data da Outorga	Plano 2004	Plano 2006
Quantidade de ações outorgadas (i) (ii)	112.655	173.333
Preço da ação na data da outorga (em reais - R\$) - (ii)	44,70	45,60
Preço do exercício (em reais - R\$) - (ii)	23,55	36,45
Valor justo da opção (em reais - R\$) - (ii)	38,52	32,88
Prazo de carência	30/06/05	30/06/07
Prazo limite para exercício	31/12/14	31/12/16
Volatilidade	64%	65%
Dividendos (<i>dividend yield</i>)	1,5%	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	24,9%	13,7%

(i) Descontados os cancelamentos.

(ii) Considera grupamento, na proporção de 15 ações para cada um, realizado em Outubro de 2006.

A volatilidade compreende o período dos últimos 3 anos até a data da outorga de cada plano.

Nenhuma opção de compra de ações foi exercida até o momento e não houve movimentação na quantidade de ações dos planos descritos acima no período apresentado.

Em 31 de dezembro de 2013 o preço de mercado das ações era de R\$ 26,89 por ação (R\$ 35,01 em 31 de dezembro de 2012).

c) Elekeiroz S.A.

Plano de outorga de opções

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas Explicativas**NOTA 16 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Despesas de Pessoal	(208)	(142)
Remuneração	(84)	(76)
Encargos	(80)	(49)
Benefícios Sociais	(22)	(11)
Treinamento	(3)	(1)
Participações de Empregados nos Lucros	(19)	(5)
Despesas Administrativas	(112)	(52)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(3)	-
Serviços de Terceiros	(68)	(28)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(6)	(2)
Despesas de Viagem	(2)	(1)
Outros	(33)	(21)
Depreciação	(12)	(15)
Total	(332)	(209)

NOTA 17 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Provisões para Contingências	(55)	(8)
Despesa com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(11)	(64)
Baixa do Superávit Plano de Pensão (CD)	(71)	-
Amortização de Carteira de Clientes	(28)	(26)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(23)	(19)
Resultado na Venda de Investimento / Imobilizado	(25)	(35)
Outros	(10)	(16)
Total	(223)	(168)

Notas Explicativas

NOTA 18 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social de Operações em Continuidade	6.248	4.940
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social de Operações Descontinuadas	(123)	(24)
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(2.083)	(1.671)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões Permanentes	1.967	1.591
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.995	1.566
Resultado de Investimentos no Exterior	(32)	(7)
Juros Sobre o Capital Próprio	23	28
Outras	(19)	4
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(116)	(80)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I - O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido estão representados por:

	31/12/2012	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2013
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	330	(37)	1	294
Créditos de Liquidação Duvidosa	3	(1)	1	3
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	-	2
Ágio na Aquisição do Investimento	142	-	-	142
Provisões para Passivos Contingentes	102	(2)	42	142
Empresas sediadas no Exterior	1	(1)	-	-
Outros	73	(73)	146	146
Total do Ativo Fiscal Diferido	653	(114)	190	729
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(62)	6	-	(56)
Valor Presente de Financiamento	(8)	1	-	(7)
Resultado do Swap	(4)	-	(13)	(17)
Depreciação	(12)	4	-	(8)
Atualização de Dep. Judic. Obrig. Legais e Passivos Contingentes	(4)	-	(1)	(5)
Planos de Pensão	(4)	-	-	(4)
Venda de Imóvel	(9)	3	-	(6)
Outras Obrigações	(75)	-	(40)	(115)
Ajustes CPCs / IFRS	(317)	16	-	(301)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(495)	30	(54)	(519)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	158	(84)	136	210

Notas Explicativas

II - A estimativa de realização e o valor presente do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos existentes em 31/12/2013, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	31/12/2013	31/12/2012
Ativo Fiscal Diferido:	729	653
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado até 12 meses	38	146
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	691	507
Passivo Fiscal Diferido	(519)	(495)
Passivo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	(519)	(495)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	210	158

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 729 (R\$ 653 em 31/12/2012) e R\$ 519 (R\$ 495 em 31/12/2012).

NOTA 19 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA - Investimentos Itaú S.A. pelo número médio de ações durante os exercício, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Lucro Líquido de Operações em Continuidade	5.822	4.563
Lucro Líquido de Operações Descontinuadas	(124)	(24)
Dividendo Mínimo Não Cumulativo Sobre as Ações Preferenciais, Segundo Nossos Estatutos	(33)	(32)
Subtotal	5.665	4.507
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual	(21)	(20)
Subtotal	5.644	4.487
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	2.173	1.728
Aos Detentores de Ações Preferenciais	3.471	2.759
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	2.194	1.748
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	3.504	2.791
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	2.084.014.956	2.006.261.270
Ações Preferenciais	3.328.959.997	3.204.757.957
Lucro por Ação - Básico e Diluído de Operações em Continuidade - R\$		
Ações Ordinárias	1,07	0,87
Ações Preferenciais	1,07	0,87
Lucro por Ação - Básico e Diluído de Operações Descontinuadas - R\$		
Ações Ordinárias	(0,02)	-
Ações Preferenciais	(0,02)	-

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

Notas Explicativas

NOTA 20 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation (BAC) vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 – “Combinação de Negócios”. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 que foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2012	Amortizações/ Realizações	31/12/2013
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente (*)	245	(130)	115
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	109	(20)	89
Outros	3	(1)	2
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	357	(151)	206
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Redecard (*)	4	(4)	-
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	71	(4)	67
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	428	(155)	273
Passivo fiscal Diferido (IV)	(171)	62	(109)
Total ágio alocado (V = III + IV)	257	(93)	164
Agio - Goodwill	437	-	437

(*) Em 2013 foram realizados os valores relativos a Redecard.

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

Notas Explicativas

NOTA 21 - BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC 33 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 31 de dezembro de 2013 com 10.262 participantes (10.472 em 31 de dezembro de 2012).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras. O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, foi reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Créditos com plano de previdência é de R\$ 122 (R\$ 174 em 31 de dezembro 2012). Foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 19 (R\$ 22 em 31 de dezembro de 2012). Em 30 de junho de 2013 foi efetuada reversão pela Itaútec no valor de R\$ (71) em decorrência de sua reorganização societária (Nota 26).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo registrado no ativo, correspondente ao equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do Plano BD era de R\$ 60 a ser realizado em 26 parcelas mensais, remuneradas pelo retorno dos investimentos do Plano de previdência BD.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2013	31/12/2012
Taxa de Desconto	12,73% a.a.	8,16% a.a.
Tábua de Mortalidade (1)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	9,18 % a.a.	7,12 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	6,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Inflação	6,00 % a.a.	4,00 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

Notas Explicativas

NOTA 22 – PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS

A ITAÚSA e suas controladas e subsidiárias, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes: a ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos, contribuições, taxa de licenciamento de importação (Taxa Cacex) e taxa de serviço administrativo incidente sobre internação e importação de mercadorias na Zona Franca de Manaus.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	31/12/2013	31/12/2012
Crédito Prêmio de IPI de 1960 a 1985	111	104
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	11	10
Restituição do ILL Pago na Distribuição de Dividendos de 1989 a 1992	11	11
INSS - SAT, Alteração da Alíquota Rural, Vale Transporte e Seguro Saúde	5	5
COFINS Depósito Judicial	-	3
PIS e COFINS	3	6
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	10	10
Compensação de PIS Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988	17	-
Taxa Cacex	21	21
Outros	16	14
Total	205	184

b) Provisões:

- **Tributárias:** As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.

- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Provisões para Contingências	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2012	343	73	20	436
Atualização Monetária	24	12	2	38
Constituição	114	25	5	144
Reversão	(34)	(22)	(6)	(62)
Pagamentos	(12)	(17)	-	(29)
Saldo em 31/12/2013	435	71	21	527

As principais discussões relativas às provisões tributárias são descritas a seguir:

- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 264: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS sem a inclusão na base de cálculo dos valores recebidos a título de JCP

Notas Explicativas

- IRPJ e CSLL – Plano Verão – R\$ 53: Pleiteamos o reconhecimento do direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial relativo ao exercício de 1989 por meio de aplicação integral do IPC (índice bruto) de 70,28% ou o diferencial de 51,83%.

c) Contingências não Provisionadas

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 31 de dezembro de 2013, esses processos totalizavam R\$ 646 para causas tributárias, R\$ 14 para causas trabalhistas e R\$ 5 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 214: Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 199: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 39: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 28: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 22: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições.
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 18: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior;

d) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei nº 12.865/13

A ITAÚSA e suas controladas aderiram ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, instituído pela Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, incluindo débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional conforme o que estabelece o artigo 17, que reabriu, até 31 de dezembro de 2013, o prazo para adesão ao programa previsto na Lei nº 11.941/09.

Essa adesão possibilitou a utilização de créditos de prejuízo fiscal na liquidação parcial de juros sobre os débitos no montante de R\$ 12.

O efeito líquido no resultado foi de R\$ (16), registrado em Resultado Financeiro, Despesas Tributárias e Imposto de Renda e Contribuição Social correntes.

Notas Explicativas

NOTA 23 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itautec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

- **Área Financeira**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 31 de dezembro de 2013 podem ser acessadas no site www.itaunibanco.com.br/ri.

- **Área Industrial**

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga), que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itautec: atua no mercado de informática, sendo especializada no desenvolvimento de produtos e soluções de computação.

Notas Explicativas

	Janeiro a Dezembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO IFRS ⁽¹⁾
		Itaú Unibanco Holding	Duratex ⁽⁵⁾	Elekeiroz	Itautec ⁽⁵⁾	
Ativos Totais	2013	1.027.297	8.178	730	751	41.929
	2012	957.154	7.759	672	1.076	39.050
Receitas Operacionais ⁽²⁾	2013	119.154	3.873	1.004	439	11.157
	2012	125.484	3.373	900	700	9.490
Lucro Líquido	2013	16.424	520	39	(389)	6.011
	2012	12.634	460	0	1	4.836
Patrimônio Líquido	2013	83.223	4.365	504	156	35.974
	2012	75.902	4.024	476	543	32.674
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽³⁾	2013	21,1%	12,3%	8,0%	-112,2%	17,6%
	2012	16,9%	11,9%	0,1%	0,3%	14,9%
Geração Interna de Recursos ⁽⁴⁾	2013	47.706	1.368	71	(183)	962
	2012	54.805	1.104	50	(25)	710

(1) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco Holding S.A não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Elekeiroz e Itautec: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez'12 + mar + jun + set + dez'13) / 5).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(5) Na Duratex e Itautec os valores apresentados desconsideram as Receitas Operacionais classificadas no Resultado de Operações Descontinuadas.

Notas Explicativas

NOTA 24 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Os controladores da ITAÚSA;
- A Fundação Itaú Unibanco e a Fundação Itaúsa Industrial, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚSA e/ou por suas controladas;
- Os Investimentos nas Empresas Não Consolidadas (Nota 6 II) – Itaú Unibanco Holding e IUPAR – Itaú Unibanco Participações.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2013	31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Aplicações Financeiras	247	639	33	32
Itaú Unibanco S.A.	247	639	33	32
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	10	19	-	-
Itaú Unibanco S.A.	10	17	-	-
Banco Itaú BBA	-	1	-	-
Banco Itaú Leasing	-	1	-	-
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	373	499
Itaú Unibanco S.A.	-	-	372	487
Itaú Seguros	-	-	(2)	1
Banco Itaú Leasing	-	-	-	1
Banco Itaú BBA	-	-	3	10
Total	257	658	406	531

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 9 (R\$ 12 de 01/01 a 31/12/2012) em função da utilização da estrutura comum.

Notas Explicativas

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Duratex S.A.	522	463
Elekeiroz S.A.	84	67
Itautec S.A.	102	131
Total	708	661

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos administradores são compostos conforme segue:

ITAUSA	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração	6	5
Participações no Lucro	4	5
Total	10	10
DURATEX	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração	14	13
Participações no Lucro	14	16
Opções de Ações	7	6
Total	35	35
ITAUTEC	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração	11	5
Participações no Lucro	5	9
Total	16	14
ELEKEIROZ	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração	6	6
Participações no Lucro	2	-
Total	8	6

Notas Explicativas

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos ao qual a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, que refletem principalmente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação das debêntures emitidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 426 que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA.

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de SWAP US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de SWAP Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de NDF (*Non Deliverable Forward*): esse tipo de operação tem o objetivo de transformar passivos denominados em Dólares para Reais. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (PTAX).

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito acumulado	
	(nocial)		Valor a Receber	Valor a Pagar
	31/12/2013	31/12/2013		
Contratos de Swaps		1.596	49	(2)
Posição Ativa	791	822	49	(2)
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	483	488	49	(2)
Taxa Pré-Fixada	308	334	-	-
Posição Passiva	(745)	774	-	-
CDI	(745)	774	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	45	1	2	-
Compromisso de Compra	45	1	2	-
Moeda Estrangeira (USD)	45	1	2	-

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito acumulado	
	(nocial)		Valor a Receber	Valor a Pagar
	31/12/2012	31/12/2012		
Contratos de Swaps		24	28	(1)
Posição Ativa	613	675	28	(1)
Moeda Estrangeira (USD)	263	264	7	(1)
Taxa Pré-Fixada	350	411	21	-
Posição Passiva	(608)	(651)	-	-
CDI	(608)	(651)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	44	-	4	(1)
Compromisso de Compra	44	-	4	(1)
Moeda Estrangeira (USD)	26	-	3	(1)
Contratos (EUR)	18	-	1	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações.

Notas Explicativas

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

31/12/2013	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos	928	1.244	604	10
Fornecedores e Outras Obrigações	355	126	-	-
Total	1.283	1.370	604	10

31/12/2012	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos	780	1.361	511	11
Fornecedores e Outras Obrigações	515	121	-	-
Total	1.295	1.482	511	11

Notas Explicativas

d) Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA CONSOLIDADO, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deteriorização da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa de Juros	Swap - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(8)	(22)	(36)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas pré-fixadas		8	22	36
	Swap - US\$ / CDI (Res. 2770 w Res. 4131)	Queda US\$	(23)	(181)	(339)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	23	181	339
Cambial	NDF (US\$)	Queda US\$	-	-	-
	Swap (US\$)	Aumento US\$	46	46	46
	Swap (US\$)	Aumento CDI	(46)	(46)	(47)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira	US\$ / EUR	(2)	8	20
	Exportações a receber	(Queda US\$)	-	(7)	(14)
		Aumento US\$		7	14
	BNDES - Crédito Rotativo	Queda US\$	(2)	4	8
		(Aumento US\$)		(4)	(8)
	ACC - Desconto Cambial	Queda US\$	-	1	1
		(Aumento US\$)	-	(1)	(1)
Fornecedores Exterior	Queda US\$	-	3	6	
	(Aumento US\$)	-	(3)	(6)	
Total			(4)	8	19

Notas Explicativas

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Em 31/12/2013 não existiam instrumentos financeiros classificados e registrados como nível III.

	31/12/2013	31/12/2012
Ativos (*):	2.417	2.567
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.100	1.279
Contas a Receber de Clientes	1.219	1.259
Depósitos Vinculados	97	26
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1	1
Opções de Compras de Ações	-	2
Passivos:	3.144	2.942
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2.765	2.648
Fornecedores / Outras Obrigações	384	306
Instrumentos Financeiros Derivativos	(5)	(12)

(*) O valor justo dos investimentos controlados em conjunto não consolidados estão divulgados na nota 6 I.

Notas Explicativas

NOTA 26 – ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA E RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Conforme mencionado nas notas 2.3f e 2.4t, as atividades de automação bancária e comercial e de prestação de serviços, da Itautec, assim como as operações da Deca Piazza (controlada da Duratex), atenderam a definição de ativos mantidos para venda a partir do 2º e 3º trimestre de 2013 respectivamente. Os resultados das operações descontinuadas para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são demonstrados no quadro a seguir e foram apresentados em rubrica específica no balanço patrimonial e na demonstração consolidada de resultado.

RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	Automação Bancária e Prestação de Serviços		Deca Piazza		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Venda de Produtos e Serviços	611	845	10	22	621	867
Custo dos Produtos e Serviços	(565)	(710)	(13)	(22)	(578)	(732)
Resultado Financeiro	(2)	(6)	(2)	(1)	(4)	(7)
Despesas com Vendas	(37)	(45)	(2)	(3)	(39)	(48)
Despesas Gerais e Administrativas	(43)	(43)	(2)	(2)	(45)	(45)
Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento	(57)	(56)	-	-	(57)	(56)
Outros Resultados Operacionais, Líquidos	(16)	(2)	(5)	(1)	(21)	(3)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(109)	(17)	(14)	(7)	(123)	(24)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1)	-	-	-	(1)	-
RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(110)	(17)	(14)	(7)	(124)	(24)

PRINCIPAIS CLASSES DE ATIVOS E PASSIVOS MANTIDOS PARA VENDA	Automação Bancária e Prestação de Serviços		
	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
ATIVO	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
Caixa e Equivalentes de Caixa	30	-	30
Clientes	105	-	105
Estoques	160	-	160
Imobilizado	17	-	17
Intangível	21	-	21
Ativos Fiscais	9	-	9
Outros Ativos	6	2	8
TOTAL DO ATIVO	348	2	350
PASSIVO	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
Fornecedores	39	-	39
Empréstimos e Financiamentos	2	-	2
Obrigações com Pessoal	53	-	53
Obrigações Fiscais	7	1	8
Outros Passivos	27	-	27
Receitas Diferidas	17	-	17
TOTAL DO PASSIVO	145	1	146

FLUXO DE CAIXA DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	Automação Bancária e Prestação de Serviços		
	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	(47)	-	(47)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	61	(1)	60
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(10)	-	(10)
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa, Líquidos	4	(1)	3

Notas Explicativas

NOTA 27 – INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Medida Provisória nº 627 (MP 627/13): em 11 de novembro de 2013 foi publicada a MP 627/13 que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida MP 627/13 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

Considerando-se que a referida MP 627 possui um número relevante de emendas propostas e que a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a mesma MP, disciplinar diversas matérias é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas. Todavia, com base no texto vigente estimamos que a referida MP 627/13 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração
sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações
contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações
contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações
do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
CNPJ. 61.532.644/0001-15 Companhia Aberta NIRE. 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A., após procederem ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2013, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista da opinião sem ressalvas e esclarecimentos prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Sociedade no período. São Paulo (SP), 18 de fevereiro de 2014. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; José Carlos de Brito e Cunha e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

HENRI PENCHAS
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA
REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2014

DATA, HORA E LOCAL: Em 18 de fevereiro de 2014, às 8:00 horas, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 9º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Diretor Presidente.

QUORUM: A totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÃO TOMADA POR UNANIMIDADE: Após exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, bem como do relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, por unanimidade e em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução nº 480/09 da Comissão de Valores Mobiliários, declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 18 de fevereiro de 2014. (aa) Alfredo Egydio Arruda Villela Filho – Diretor Presidente; Henri Penchas e Roberto Egydio Setubal – Diretores Vice-Presidentes.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA
REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2014

DATA, HORA E LOCAL: Em 18 de fevereiro de 2014, às 8:00 horas, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 9º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Diretor Presidente.

QUORUM: A totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÃO TOMADA POR UNANIMIDADE: Após exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, bem como do relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, por unanimidade e em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução nº 480/09 da Comissão de Valores Mobiliários, declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 18 de fevereiro de 2014. (aa) Alfredo Egydio Arruda Villela Filho – Diretor Presidente; Henri Penchas e Roberto Egydio Setubal – Diretores Vice-Presidentes.